

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 26 de abril de 2023 - Ata n.º 33.

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às nove horas e trinta minutos, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Alexandre Curi** (1.^º Secretário) e **Maria Victória** (2.^ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **33.^a Sessão Ordinária da 1.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta quarta-feira. Solicito à Deputada Maria Victoria, 2.^ª Secretária, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.^A 2.^ª SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 32.^a Sessão Ordinária, de 25 de abril de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Discussão encerrada. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Alexandre Curi se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura dos documentos protocolados que compunham o Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 945/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação a requerimento da Deputada Ana Julia Ribeiro; **Ofício n.º 947/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a requerimento do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 928/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública a requerimento da Deputada Luciana Rafagnin; **Ofício n.º 946/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a requerimento do Deputado Goura; **Ofícios n.º s 948 e 951/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a requerimentos do Deputado Do Carmo; **Ofício n.º 965/2023** da Casa Civil, encaminhando informação referente ao relatório anual de gestão da Agepar.

É o que continha no Expediente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeira oradora, Deputada Márcia Huçulak. Registro a presença na Casa do Vereador do município de Apucarana, Luciano Facchiano, por solicitação do Deputado Luís Corti. Seja bem-vindo.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Mesa. Bom dia, Deputadas e Deputados. Hoje vim à tribuna para fazer uma reflexão sobre o que foi comentado ontem por alguns Deputados desta Casa, sobre a *indústria de multa* em Curitiba. Nós vivemos em sociedade, Deputada Maria Victoria, e felizmente a sociedade evoluiu muito. Nos tempos bárbaros não havia

leis e prevalecia a lei do mais forte, quem tinha a terra subjugava os mais fracos, detinha a produção. Mas, felizmente, a humanidade evoluiu em vários aspectos da vida humana: na tecnologia, na ciência, no conhecimento, na educação. Esta Casa de Leis é o resultado da evolução da sociedade. Uma sociedade sem lei é uma terra de bárbaros, é uma terra onde não há Justiça, não há respeito às pessoas e à vida. Ontem ouvi de Deputados aqui que Curitiba tem uma *indústria de multas*. Ora, Senhoras e Senhores, nenhum Prefeito acorda de manhã e decide instalar um radar pela mera vontade de *ferrar* a vida do cidadão. Não existe isso! Existe um Código Brasileiro de Trânsito, aprovado na Câmara e no Senado Federal, existem leis no Estado do Paraná e leis nas Câmaras de Vereadores que colocam restrições, porque, ao contar apenas com a capacidade de discernimento das pessoas, transformaríamos a vida nas cidades um verdadeiro caos. Por isso, existem regras a serem cumpridas. Estamos nesta Casa de Leis e todo dia debatemos Projetos de Lei, hoje vamos aprovar inúmeros Projetos, legislações, restrições, Deputado Tercilio, multas para aqueles que não cumprem. Não se aceita na nossa sociedade violência contra qualquer ser humano; debatemos inúmeras vezes a violência contra a mulher, a violência contra a criança e a violência no trânsito. Por que não? A terceira causa de morte em qualquer cidade deste País... Aliás, o Brasil é um péssimo exemplo nesta questão. Já foi discutida aqui pelo Deputado Goura a questão de termos Projetos que diminuam acidentes de trânsito. A terceira causa de mortes no Brasil, no Paraná, em Curitiba ou em qualquer grande cidade são as mortes por acidentes de trânsito. É disso que estamos falando, de vidas. Pensar que as pessoas possam usar de boa vontade e inteligência ao usar os veículos automotores para andar na cidade sem restrições é pura ingenuidade. As regras de trânsito surgem na vertente de tornar as ruas um ambiente seguro e adequado para a circulação das pessoas. Por isso todas as regras de trânsito têm um código aprovado, não surgiram da cabeça de nenhum Prefeito. E, como diz o Prefeito Rafael Greca: Só é multado quem *infringe a Lei*, só é multado quem *excede a velocidade*. Não há *indústria de multa* de radares em Curitiba. Curitiba tem diminuído ano a ano as mortes por acidente. Foi criado, em 2011, um programa chamado *Vida no Trânsito*. Aliás, a partir de 1º de maio,

vamos comemorar o *Maio Amarelo*, justamente para trabalhar a diminuição dos acidentes de trânsito no nosso País. Nesse período de 2011 a 2021, o programa *Vida no Trânsito*, em Curitiba, teve uma redução de 45% das mortes por acidente. O cidadão é a razão da cidade, da vida em sociedade e precisamos atuar na proteção da vida e das pessoas. Nesse sentido, ontem, acompanhei com entusiasmo o nosso Prefeito em exercício, Eduardo Pimentel, que fez um anúncio de quase R\$ 1 bilhão em obras para melhorar a sustentabilidade... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Márcia, um minuto para concluir.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): São 80 quilômetros de intervenções de infraestrutura na nossa cidade, que melhoraram a vida, a circulação, o transporte público, a mobilidade urbana, a acessibilidade. Obrigada. Bom dia a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, ainda no Pequeno Expediente, Deputado Luís Corti. Registro a presença na Casa dos Vereadores de Goioerê, Helton, Fabiano Barboza e Patrick, do Secretário de Saúde, Iago, e da Diretora da Secretaria de Saúde, Sr.^a Patricia Maria. Sejam bem-vindos.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, distinta Mesa, Sr.^s Pares e todos que nos ouvem presencialmente ou a distância, pelo sistema de comunicação tradicional ou pelo sistema *online* de comunicação. Quero, na abertura desta fala, cumprimentar os visitantes, em especial a comitiva do município de Apucarana, puxada pelo Vereador Luciano Facchiano, e a comitiva de General Carneiro, puxada pelos Vereadores Dequinho e Gilmar, que aqui se fazem presentes. A razão pela qual uso deste expediente é para trazer um alerta para o Brasil. Um assunto, caro Hussein Bakri, de discussão nacional, mas com influência, prezado Deputado Romanelli, em todos os quadrantes da nação brasileira. O que me traz aqui, cara Deputada Cloara, é a oportunidade de abrir nacionalmente uma discussão que se encontra em vias de ser decidida em nível

nacional, discussão que se encontra, caro Lemos, na iminência de ser submetida à apreciação do Congresso Nacional. Nos próximos dias, o Congresso haverá de colocar em discussão o quem sabe infeliz, de pouca reputação, quem sabe famigerado Veto n.º 64/2022 do Governo Federal. Esse Veto, caro Arilson, subtrai da nação brasileira a estruturação de uma das autarquias mais importantes do Brasil, a ANM – Agência Nacional de Mineração. Ela sucedeu, caro Tito, o antigo DNPM – Departamento Nacional da Produção Mineral. Tem como objetivo a Lei n.º 14.514/2022 a reestruturação da Agência Nacional de Mineral. Qual é o objeto da reestruturação? É garantir que o quadro de servidores possa encontrar dentro da estrutura de carreira salários condignos com suas atribuições, mas é também a Agência Nacional de Mineração, caros Deputados, responsável pela segurança jurídica e física dos empreendimentos. É a Agência Nacional de Mineração responsável pela arrecadação robusta. Ela é a segunda, Arilson, agência de maior arrecadação do Ministério de Minas e Energia, só perde para a Agência Nacional do Petróleo. Ora, tem uma arrecadação, Sr. Presidente, nada mais, nada menos do que R\$ 10 bilhões... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Corti, um minuto para concluir.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Uso a Liderança do Bloco.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): De onde vem essa arrecadação, caro Romanelli? Vem da CFEM, que é a Contribuição Financeira pela Exploração Mineral. No Brasil são mais de 200 mil empreendimentos de exploração mineral, são mais de mil barragens, inclusive, Márcia Huçulak, a de Brumadinho, cuidadas pela Agência Nacional de Mineração. Ela cuida de uma produção de minérios que está na casa de 339 bilhões. Representa, caro Traiano, 4% do total do Produto Interno Bruto. E com que quadro, aqui no Paraná, com que quadro ocorre a cobertura desses serviços? De outrora 1196 servidores; hoje, Deputado Tercilio, apenas 664 servidores. Esse Veto que vem contra a decisão de 85% dos

Deputados Federais, de 97% dos Senadores tem por objetivo tirar a estruturação da Agência Nacional de Mineração. E o que isso implica para o Estado do Paraná? Implica que temos municípios, cerca da metade dos quase 6 mil municípios recebem *royalties* da exploração mineral. O chamamento aqui neste instante é para que os Sr.^s Deputados que têm ligação com os municípios... Castro, por exemplo, tem a maior mina de produção de calcários, Moacyr Fadel, do Brasil, que tem um rendimento fenomenal para os municípios. A CFEM, 60% da arrecadação fica com o município e se tivermos uma agência estruturada, com um quadro de servidores, teremos uma melhor prestação dos serviços e com isso ganha o Paraná, ganha o Brasil, ganha o mundo. O nosso pedido neste dia é que os Sr.^s Deputados Estaduais conversem com a Bancada do Estado do Paraná para que juntemos forças, Cloara, acima da expressão partidária, acima, caro Tito, da ideologia partidária, mas que seja uma construção em favor do estado brasileiro, em favor da nação brasileira, em favor de um meio ambiente protegido, em favor de uma população protegida, afetada por inúmeras barragens e que seja o determinante para mantermos o nosso quadro de pessoal em ativa, fazendo o serviço e produzindo. Fica aqui o pedido deste nobre Parlamentar para que possamos juntar forças, bater na casa, na porta dos nossos Deputados Federais. Já fiz isto, caro Presidente, no dia de ontem, expedindo ofício/expediente a todos os Deputados Federais do Estado do Paraná, aos 30, e aos nossos três Senadores, para que quando o Veto – anotem o número aí, anotem o número do Veto –, o Veto 64/2022. É o Veto n.^º 64/2022 da Agência Nacional da Mineração. Vamos juntar forças e garantir um Paraná forte, um Brasil gigante e uma proteção à nação brasileira. Era esse o registro deste Parlamentar nesta quarta-feira, dia 26 de abril. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Anuncio e registro o aniversariante do dia, que está convidando para um jantar hoje à noite, Deputado Marcel Micheletto. Todos estão convidados. Hoje à noite, um jantar...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, não estou sabendo do endereço e nem do horário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Oi?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O endereço e o horário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O endereço na sequência passamos aqui.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, *pela ordem*. Só queria dizer a V.Ex.^a e a todos aqui que primeiro é uma alegria e uma satisfação fazer parte desta Casa e ser ladeado por tantos amigos e amigas. E dizer que estou igual a carro de Prefeitura, estou bom de ano, mas ruim de lataria, viu!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo em que cumprimento a nossa população que está presente aqui na Assembleia e também acompanha a Sessão via *TV Assembleia* e pelas redes sociais da Assembleia Legislativa. Hoje é um dia importante para a educação do Paraná, a APP-Sindicato completa hoje 76 anos. Fundada em 1947. Então, está completando 76 anos. A APP-Sindicato foi fundada antes mesmo de se ter a Secretaria de Estado da Educação no Estado do Paraná. Uma entidade muito importante, que representa todos os professores e funcionários de escolas da rede estadual e representa também 210 redes municipais, 210 municípios que não têm sindicato próprio de professores e que têm a APP com sua representante. Então, é um sindicato grande, é o maior sindicato de trabalhadores e trabalhadoras do Estado do Paraná, com mais de 70 mil associados e associadas. E a APP faz um trabalho relevante na defesa da educação pública de qualidade, fazendo a luta para mais investimentos, como por exemplo o Paraná é o estado que tem a obrigação de investir no mínimo 30% dos impostos na educação, diferente de outros estados e de muitos municípios que repetem o que está na Constituição Federal, que é 25%. Aqui, com o trabalho da APP, eu estava presidindo a APP naquela ocasião,

conseguimos negociar com o Governador Roberto Requião e esta Casa aprovou por unanimidade, no dia 20 de outubro de 2006, uma Emenda Constitucional alterando o art. 185 e obrigando o Paraná a aplicar 5% a mais na educação do nosso Estado. Então, a APP faz um trabalho para além da defesa de corpo, da defesa corporativa. Mas, quando ela faz a defesa também que muitos entendem que é uma defesa corporativa, ela está defendendo a educação pública de qualidade, por exemplo quando quer que os professores e professoras, funcionários e funcionárias de escolas recebam o mesmo salário que recebem outros servidores do Poder Executivo para executar função de igual complexidade que tem a educação e com a mesma carga horária. Aí tem pessoas que falam: *Ah, mas está defendendo salário*. Claro que tem que defender salário! Está errado um Agente Educacional I ingressar na carreira recebendo R\$ 1.067,00, enquanto todos os demais servidores ingressam recebendo R\$ 1.600,00. Tem que ser corrigido isso com urgência. Está errado, por exemplo, um Agente Educacional II ingressar recebendo R\$ 1.600,00, quando os demais servidores com a mesma formação e a mesma carga horária ingressam recebendo R\$ 4 mil por mês. Está errado um professor ou uma professora ingressar com jornada de 40 horas tendo curso superior, que é o mínimo exigido para ser professor no Estado, receber R\$ 3.903,00 por 40 horas de ingresso e os outros servidores receberem R\$ 7.200,00 para ingresso. Então, é preciso corrigir os salários dos demais servidores, porque também estão defasados, mas é preciso equiparar o salário da educação com os demais servidores do Poder Executivo que exercem funções com a mesma complexidade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Professor Lemos, V.Ex.^a passa a usar o horário da Liderança do PT.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Sim, Sr. Presidente. Então, vejam, com a mesma complexidade, com a mesma carga horária. Então, é importante dizer que quando a APP está lutando por salário não é uma luta simplesmente corporativa, porque sem salário nós, como trabalhadores e trabalhadoras, não conseguimos dar conta das nossas obrigações, precisamos fazer *bicos*, arrumar

outras tarefas para complementar a renda. Aí ficamos doentes e doente um professor ou uma professora, um funcionário ou uma funcionária doente tem dificuldades para exercer com qualidade a sua tarefa. Também as condições de trabalho. Quando luta por concurso público para ter mais funcionários e funcionárias nas escolas, para ter equipe pedagógica completa, para ter, por exemplo, professores em todas as disciplinas, professores formados nas disciplinas e não distribuir aulas para professor que não é habilitado. E por que isso acontece? Porque criam disciplinas que não existe formação para aquela disciplina, e as disciplinas que são necessárias são reduzidas. Então, quando a APP vem para cá, vai para as ruas e luta, por exemplo, para suspender, para revogar o chamado novo ensino médio, não é uma luta corporativa, é em defesa da qualidade do ensino para os nossos estudantes. Então, é importante que celebremos junto com os professores e professoras, com funcionários e funcionárias os 76 anos da APP, parabenizando essa importante entidade que vem fazendo a luta há 76 anos na defesa da educação pública de qualidade no Estado do Paraná. A APP tem lutado, por exemplo, para fazer a revisão do Plano de Carreira dos Funcionários de Escola – aliás, para revogar a lei que extinguiu o cargo de Agente Educação I e II, que lutamos tanto aqui quanto Oposição para não deixar aprovar aqui nesta Casa, mas foi aprovado e aí foram extintos os cargos. É preciso revogar essa lei para que esses cargos não fiquem extintos, para se fazer concurso público para esses cargos, porque a escola não funciona apenas com professores e professoras, é preciso funcionários e funcionárias lá e na carreira. Mas, a APP luta também para alterar a tabela salarial, corrigir. Não se pode aceitar o desprezo que o Governo tem feito com esse quadro importante da educação, tanto o QFEB, que é o quadro de funcionários de escola, quanto o quadro de professores e professoras. Então, é muito importante que apoiemos a luta dos educadores e educadoras do Estado do Paraná para no mínimo receberem o que recebem os demais servidores do Poder Executivo, lembrando que os demais servidores do Poder Executivo não estão ganhando salários altos, estão com salários defasados, em uma defasagem que chega a 42%. A APP luta junto com os demais sindicatos para que o Governo respeite a lei da data-base. A

data-base é maio e o Governo está dizendo que vai mandar um Projeto para cá para agosto. A data-base do servidor do Estado do Paraná é maio e, portanto, é para maio. Os demais Poderes, um dos Poderes é o Poder Judiciário, já anunciou que está mandando para cá um Projeto de 12,13%, porque vai pagar também a inflação do ano passado aos servidores do Poder Judiciário -vai dividir em três parcelas, mas a primeira parcela já vai ser em maio. A imprensa noticiou que o Governador quer mandar para cá um Projeto de 5,79%, incluindo os 3,39 que todos os servidores do Poder Executivo ganharam na Justiça. Então, quer dizer que ele vai dar 2% da inflação do ano passado de data-base. Apenas 2%? Os 3,39 ainda são da época que o Governador Beto Richa, que aprovamos a lei aqui na Assembleia, e essa lei aprovada aqui não foi cumprida no final do Governo Beto Richa e ficou um passivo, que a Justiça já em decisão final determinou o pagamento e ainda determinou o pagamento retroativo a janeiro de 2017. Agora, embutir 3,39 nos 5,79, que é a inflação do ano, é um equívoco, é um erro. É muito importante que o Poder Executivo, que é aquele que distribui o recurso, aquele que arrecada e distribui para os demais Poderes, cumpra com a sua tarefa, que é de valorizar o servidor do Poder Executivo e pagar o que deve aos servidores. Então, portanto, fica aqui mais uma vez o nosso clamor, que é o clamor dos servidores do Estado do Paraná. Também aqui, quando os servidores comparecem e a APP vem junto, por exemplo, lutar pela saúde dos servidores. Estão desesperados, por exemplo, os servidores que receberam a notícia que no dia 30 agora de abril vai encerrar o contrato com a Santa Casa lá em Ponta Grossa. Os servidores da região de Ponta Grossa, os Campos Gerais, todos ali ficarão sem o atendimento do SAS. Então, é preciso com urgência celebrar o novo contrato e não deixar os servidores da região de Ponta Grossa desassistidos. Estão desesperados, porque já não conseguem mais marcar consulta para além do dia 30, porque encerra o contrato e tem gente na fila. Por falar nesse tema, temos servidores do Paraná que mesmo sendo atendidos pelo SAS estão com muita dificuldade, mas vou tratar desse tema na segunda-feira. Vou trazer exemplos concretos de servidores do Paraná, professores inclusive doentes que o atestado médico é de apenas três dias, não se coloca substituto. O SAS também

não paga os exames necessários para o diagnóstico, e esse servidor tem que tirar mais atestados para conseguir um exame como ressonância magnética - que não é barato - e a escola fica desassistida e esse servidor sofrendo. Então, vou tratar disso com mais profundidade na próxima segunda-feira. Segunda não porque é dia 1.^º de maio, mas na terça-feira. O 1.^º de maio é o Dia do Trabalhador e da Trabalhadora. Então, aproveitamos aqui também para solicitar ao Governador que nesse 1.^º de maio anuncie reajuste de fato para os servidores do Paraná, que atenda os servidores usando essa data que é simbólica para o mundo todo, que é o 1.^º de maio, que é Dia do Trabalhador e da Trabalhadora e atenda as reivindicações dos servidores do Estado do Paraná. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa dos Vereadores de Missal, Maico Luzzi e Tarcisio Mascarello, nossos amigos e apoiadores; e dos Vereadores de Laranjal, Adair Andrade e Adriano Barbosa, Rosenilda, Maycon Lopez e João Paulo. Em nome desta Presidência, sejam bem-vindos. Da Vereadora de Umuarama, Sr.^a Cris das Frutas, por solicitação da Deputada Cloara. Também seja bem-vinda. Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, na manhã de ontem, nos reunimos com o Bloco da Agricultura Familiar e quero aqui agradecer a presença do Deputado Arilson, que esteve presente conosco, que também é membro desse Bloco, também dos assessores representando a Deputada Ana Júlia, o Deputado Anibelli e o Deputado Professor Lemos, que também estiveram conosco participando dessa reunião. Há uma preocupação grande, Deputado Professor Lemos, e quero aqui parabenizar V. Ex.^a pelo pronunciamento, sempre muito preocupado com a educação. Primeiro, parabenizar a nossa APP também pelos seus 76 anos de existência. Segundo, essa preocupação que todos temos e que V.Ex.^a defende com muita propriedade, a questão do respeito à nossa educação no Estado do Paraná, o respeito aos nossos trabalhadores e trabalhadoras da educação do nosso Estado, de todos os funcionários e funcionárias da educação, professores e professoras. Sabemos que

é importante que o Governo respeite a data-base. O debate de ontem do Bloco da Agricultura Familiar, Deputado Antenor, era justamente a preocupação com a educação no campo. Tenho certeza de que V.Ex.^a também tem mostrado essa preocupação. Sabemos que hoje a educação no campo está presente em cerca de 300 municípios dos 399 municípios do Estado do Paraná e há uma preocupação porque está tendo um descaso, um desmonte da educação no campo. Quando falamos isso, falamos da questão que o Governo hoje não tem trabalhado nem a questão do próprio ingresso de professores com relação à educação do campo e inclusive tem vetado a possibilidade de que os professores que cursaram a licenciatura em educação do campo possam participar do concurso do Estado do Paraná. Por isso também um dos encaminhamentos do dia de ontem foi um requerimento ao Secretário de Educação, no qual estamos solicitando que seja colocado no edital também, que sejam aceitos no edital também os professores que têm licenciatura em educação no campo. Falar na questão da licenciatura em educação no campo, estamos falando de um curso que inclusive na Universidade Federal do Paraná teve a nota máxima do MEC, que foi cinco pontos, que é a nota máxima. Então, a licenciatura na educação do campo teve a nota máxima do MEC. Por isso que estamos pedindo, Deputada Ana Júlia, pedindo que o Governo reconheça isso e que coloque no edital de concurso do Estado do Paraná da educação, que aceite os professores que hoje têm licenciatura em educação no campo. Sabemos que essa é uma das formas de valorizarmos e garantirmos que continue existindo a educação no campo. Tivemos presente nessa reunião de ontem a professora Maria Isabel, que representa a articulação da educação do campo no nosso Estado do Paraná, também esteve presente no dia ontem, participando dessa reunião, falando um pouco dos desafios com relação à agricultura familiar, Deputado Renato, com relação à agricultura familiar, aos agricultores familiares a Sr.^a Leila Klenk, que hoje é Superintendente Regional do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar no Estado do Paraná. Então, ela representa aqui o MDA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, representa aqui o Governo Federal, e esteve conosco colocando, então, um pouco dos desafios que temos

pela frente, mais com relação também à questão do crédito. Houve já um grande avanço com o Governo Lula na questão da volta do PAA, dos recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos. Esses recursos com certeza trazem o desenvolvimento social e econômico no campo. Então, isso é muito importante e garante também o alimento saudável. Da mesma forma, o reajuste que tivemos dos valores pagos aos alunos com relação ao PNAE, ao recurso que é destinado ao alimento escolar dos alunos. Esses valores estavam defasados já há cerca de seis, sete anos. Então, o Governo Lula já fez esse reajuste em quase 40% desses valores. Isso modifica muito a vida dos nossos agricultores e agricultoras familiares, isso faz com que a economia também gire mais, principalmente nos municípios menores, que é recurso que entra no município, que fortalece... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Luciana, um minuto para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Para concluir, Sr. Presidente. Fortalece a agricultura familiar e com certeza gera emprego no campo, emprego e renda. Queria, só para finalizar, Sr. Presidente, falar que hoje é o *Dia da Empregada Doméstica*. A empregada doméstica, em dados que temos aqui de 2019, tínhamos cerca de 4,5 milhões de trabalhadoras declaradas como empregadas domésticas. Desses, Deputado Renato, 3 milhões eram declaradas negras, 3 milhões de empregadas domésticas. Os dados que temos agora, de 2023, chega a 6 milhões de trabalhadoras empregadas domésticas. Infelizmente, esses dados nos trazem que mais de 70% trabalham na informalidade, trabalham sem carteira assinada, sem condições de ter, de contar depois com uma previdência, com direitos que são de todos hoje, inclusive da trabalhadora doméstica. Infelizmente, esses dados nos assustam hoje, porque são trabalhadoras que trabalham na informalidade... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Luciana, para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Esperamos que essa realidade seja mudada, que sejam respeitadas todas as trabalhadoras e trabalhadores domésticos. E aqui o nosso parabéns a todas pelo dia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Vereador do município de Santa Tereza do Oeste, Sr. Nenê, por solicitação do Deputado Adão Litro. Seja bem-vindo. Próximo orador, no Grande Expediente, Deputado Delegado Jacovós.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Senhor Presidente Ademar Traiano e demais Pares desta Casa, inicialmente quero registrar que, em nome desta Assembleia Legislativa, fizemos rapidamente - alguns Deputados não conseguiram assinar, mas creio que em nome de todos - votos de pesar ao nosso querido amigo Deputado Gilberto Ribeiro, em razão do falecimento do Sr. Domingos Ribeiro de Moraes, 90 anos de idade. Falecido, então, nesta data. O PL, a Bancada do PL se solidariza com o Deputado Gilberto Ribeiro e lamentamos profundamente. Os nossos pêsames à perda do seu querido pai. Venho também a esta tribuna hoje para falar sobre a cidade de Apucarana, e não é notícia boa. Deputado Arilson, nossa querida Apucarana está passando por momentos difíceis na política. A imprensa de Apucarana já denunciou sete ações que podem ser consideradas de improbidade administrativa praticadas pelo atual Prefeito da cidade, o Junior da Femac. Mas, permitam-me, vou utilizar aqui um *blog* da cidade lá que tem mais de 100 mil seguidores, também responsável pelo canal 38 de Apucarana, vou ler aqui todas as denúncias publicadas. A primeira denúncia aqui que foi feita foi no dia 6/4: *Pagamento da obra do Hospital de Apucarana é suspeito, após denúncia de envolvimento da empresa da família do Prefeito*. Segunda denúncia: *Terceirização de obra da escola municipal no “Dom Romeu” para a família do Prefeito Junior da Femac pode gerar improbidade administrativa*. Terceira denúncia: *Nova denúncia aponta terceirização de parte da obra da escola municipal de Apucarana para empresa da família do Prefeito Junior da Femac*. Quarta denúncia: *Denúncia de terceirização ilegal de obra pública para a empresa da família do Prefeito Junior da Femac na UBS do Jardim Primavera*. Muita coisa

ligada à saúde, não é, Arilson? E a educação também. *Novo caso de corrupção: Prefeito Junior da Femac pode ser afastado e ter mandato cassado por improbidade administrativa.* Bom, aqui quem está fazendo a manchete é o canal 38, porque se conhecemos a Câmara Municipal de Apucarana... Aliás, hoje parece que tem um Vereador aqui na Assembleia Legislativa, o Luciano, que foi mencionado. Se o Luciano estiver presente aqui, que leve ao Presidente Molina, que inclusive é do PL; vou cobrar o Presidente Molina, do PL, o que ele está fazendo a respeito de todas essas denúncias. Sexta denúncia: *Terceirização ilegal da obra pública para empresa da família do Prefeito Junior da Femac, que se refere à escola Antonieta, em Apucarana.* O Prefeito permanece em silêncio há 24 dias, desde a primeira denúncia. Sétima denúncia: *Terceirização ilegal de obra pública para empresa da família do Prefeito Junior da Femac referente ao Cisvir de Apucarana.* Bom, fiz questão aqui de ler todas as denúncias constantes em um *blog*, um *site* que tem mais de 100 mil seguidores, que outrora já tentaram calar esse mesmo canal, canal 38 de Apucarana, com censura inclusive. Aliás, censura que agora parece que estão querendo praticar no Congresso nacional, não é? Parece que aprovaram em regime de urgência um Projeto das *fake news*, ou regime de urgência. Acho interessante, sim, um Projeto que proíba a questão de *fake news* neste País. É providencial. Agora, tem de observar o que será escrito nesse Projeto e me parece que nesse Projeto lá em Brasília consta que terá um órgão do Executivo que vai verificar o que é *fake news* ou não. Aí também, aí já estão achando que todos os brasileiros são otários! Bom, o Projeto da *fake news* é interessante, agora, desde que não tenha o cunho ideológico e não queiram calar o povo brasileiro. Mas, esse assunto vou tratar em outra oportunidade, porque agora estou tratando de Apucarana. Deputado Arilson, que é um Deputado morador em Apucarana, um Deputado que levou muitos recursos para Apucarana e de forma covarde os recursos que o Deputado Arilson levou para Apucarana não foram devidamente, assim, dado a proporcionalidade que o Deputado Arilson, na época assessor da Deputada Gleisi... Salvo engano, foram mais de 2 mil casas populares. E aqui quero dizer que nunca deram o crédito necessário ao Deputado Arilson, mas isso não é novidade em Apucarana. Agora, com relação a essas

questões, essas denúncias de que empresas que estão ligadas diretamente ao Prefeito Junior da Femac estejam realizando obras públicas, mesmo que de forma terceirizada, é preciso que o Prefeito, a Prefeitura ou alguém venha dar satisfação. O Prefeito não se pronuncia, aí tem aquele velho ditado: *Quem cala, consente*. Ora, se o Prefeito Junior da Femac não quer dar satisfação aos mais de 150 mil moradores de Apucarana, se ele não quer dar satisfação aos mais de 30 mil votos contrários à eleição dele, ele que dê satisfação pelo menos aos eleitores dele. Venha a público, solte uma nota dizendo que ele não cometeu crime de improbidade, que ele não agiu com impessoalidade, com imoralidade. Está tudo previsto na Constituição, não é isso? Quais são os parâmetros que inclusive conduz a Lei de Licitação? Como que o gestor público tem que se posicionar? Com impessoalidade, dentro da legalidade, não é isso? Se existem pessoas, parentes do Prefeito que estão fazendo obras públicas, obviamente que existe imoralidade, existe crime de improbidade. Agora, recentemente, também se modificou no Congresso Nacional a Lei de Improbidade. Anteriormente qualquer coisa se referia à improbidade administrativa, mesmo culposa ou dolosa. Agora, não. Agora, pela alteração na lei, precisa se provar o dolo, a intenção de lesar o patrimônio público. Ora, pode ser que o Prefeito não tenha tido a intenção de lesar ninguém, tenha agido de forma culposa, mas é preciso que o Prefeito Junior venha se manifestar. Quero também pedir neste pronunciamento que a Câmara Municipal de Apucarana se manifeste. Não é possível que somente um ou dois Vereadores falem sobre esse assunto. E aqui estou cobrando do Presidente Molina, que é do PL, que se manifeste também. Quais as providências que estão sendo tomadas pela Câmara Municipal de Apucarana com relação às gravíssimas denúncias de improbidade administrativa no município de Apucarana?

Deputado Arilson Chiorato (PT): Permite-me um aparte?

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Com certeza, Deputado Arilson, morador em Apucarana, que levou muitos recursos para Apucarana e que, infelizmente, omitiram. Arilson, com a palavra.

Deputado Arilson Chiorato (PT): Deputado Jacovós, tomei conhecimento dessas denúncias pela imprensa de Apucarana e espero que os órgãos de fiscalização tomem as medidas corretas lá e inclusive, como é um processo que trata da Prefeitura, que a Câmara se manifeste sobre o que tem ocorrido, a Câmara na figura das denúncias colocadas. Mas, não me surpreende o desleixo com a saúde em Apucarana. Apucarana tinha um Secretário de Saúde, foi Prefeito, virou Secretário Estadual e as mazelas da saúde pública continuam. Tem gente dormindo na calçada em fila, tem gente esperando atendimento. Para conseguir avançar uma briga por um novo hospital foi um parto, literalmente. E, Jacovós, eu e você, eu principalmente, durante a campanha eleitoral, fui duramente atacado pela atual administração, dizendo que eu não morava em Apucarana. Elegi-me, reelegi Deputado com muito voto da cidade, assim com V.Ex.^a teve muitos votos, e hoje vejo que Apucarana está esquecida. Ficou 32 anos sem ter Deputado Federal, era um *slogan* de uma campanha que estava lá e elegeu um federal. Agora, vai para 33 anos que não tem Deputado Federal, porque o Deputado Federal eleito largou o mandato de federal para voltar para o Estado, para ser ajudante de ordens do Governador. E Apucarana está esquecida. Mas, acho que é uma tristeza muito grande os relatos de V.Ex.^a. E nós com mandatos em Apucarana temos que cobrar as respostas à sociedade. Tem muito dinheiro do Estado do Paraná colocado lá, reconheço isso; tem muito dinheiro do Governo Federal colocado lá, reconheço isso; e acho que cabe agora ao grupo político que está no poder, do Prefeito, do Vice, do Secretário de Saúde que hoje está lá, o Beto Preto, responder à sociedade. Aliás, porque o atual Prefeito foi Vice dele lá trás. É o mesmo agrupamento político. E temos que ouvir agora as vozes contraditórias a isso. Não quero julgar ninguém, como V.Ex.^a não está julgando, mas que eles venham responder por isso para a população. Agora, não dá para se afastar do problema, ficar calado e Apucarana está lá. Lamento, Jacovós, que Apucarana fique 33 anos sem Deputado. Agora Apucarana não tem Deputado, mas Turvo tem Deputado. Não tenho nada contra a cidade de Turvo, pelo contrário, mas, com a ausência de um apucaranense em Brasília, o Deputado Estacho hoje está representando Turvo, um bom Deputado, mas Apucarana está

sem. Mas, vamos cuidar de Apucarana lá em Brasília bastante com o Governo Federal, e vamos ajudar trazer recursos e melhorar a vida do povo. Obrigado pelo aparte de V.Ex.^a e sobre mesmo, porque é um direito de V.Ex.^a como representante de Apucarana.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Muito bem, Arilson. Nós, como Deputados Estaduais mais votados em Apucarana, temos que dar uma satisfação aos nossos amigos e eleitores. Com relação ao Ex-Prefeito, atual Deputado Federal Beto Preto, quero dizer o seguinte: Tenho respeito pelo Deputado Beto Preto, atual Secretário, vai assumir novamente a Secretaria, porque precisamos dos trabalhos do Beto Preto no Estado do Paraná. Foi um excelente Secretário durante a pandemia e vai continuar esse excelente trabalho. E durante o tempo em que o Beto Preto foi Prefeito de Apucarana fui o delegado de Apucarana e nunca ouvi falar de denúncias de improbidade do Secretário Beto Preto. Então, só fazendo esse diapasão aqui, logicamente respeito o pronunciamento do Arilson, mas o que estou tratando aqui é do silêncio do atual Prefeito, e quem cala, consente. O Prefeito precisa se manifestar em respeito, como eu disse, aos mais de 50% dos votos válidos em Apucarana, dos eleitores que confiaram nele. Se ele não respeita os que foram contra, que pelo menos respeite os que votaram nele e se pronuncie sobre essas sete denúncias já colocadas na imprensa de Apucarana. Nós vamos continuar cobrando aqui.

Deputado Moacyr Fadel (PSD): Jacovós, querido, só um aparte, Excelência.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Pois não, um aparte.

Deputado Moacyr Fadel (PSD): Respeito muito o Deputado Arilson, acho ele um dos melhores Parlamentares que temos aqui dentro, mas acho que a colocação que ele fez a respeito do Secretário Beto Preto não foi muito feliz, porque hoje temos aí na Secretaria de Estado um dos melhores Secretários do Estado do Paraná. Ele se elegeu Deputado Federal como o mais votado, mérito dele, e recebeu o convite para voltar a essa Secretaria. E quem ganha com isso é o Paraná... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Por favor, para concluir.

Deputado Moacyr Fadel (PSD): Apucarana empresta um belo nome para o Estado do Paraná, para servir a todos os paranaenses. Então, só fazer um adendo ao Deputado Arilson, com todo respeito, mas acho que a colocação dele não foi muito feliz.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Com certeza, Deputado Fadel. Já havíamos feito um aparte a essa fala do Arilson. Acho que Apucarana merece uma resposta sobre todos esses fatos, todas essas denúncias que têm ocorrido na imprensa de Apucarana. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Ney, declina. Deputado Ricardo Arruda, pelo PL.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputadas e Deputados, todos que nos acompanham pela *TV Assembleia* e demais mídias. Vou falar de uma pauta importante e gostaria da atenção do Líder do Governo Hussein Bakri. Esta pauta de defesa das famílias e das crianças, acho que é a pauta principal que temos nesta Casa, porque todo pai, toda mãe está preocupado com seus filhos. Olhem o que está acontecendo no CMEI de Curitiba, a Chefe do Núcleo, Angela Piotto, resolveu por conta própria colocar uma plaquinha nos banheiros. Todo colégio, toda escola no Paraná tem o banheiro masculino e feminino, de menina e menino; ela coloca uma plaquinha dizendo que o banheiro é unissex. Então, podem entrar no banheiro meninas e meninos. Como pode isso, gente? Como que uma Chefe de Núcleo, por conta dela, que ela acha que é bom isso não sei para quê... Isso aí causou um transtorno aos pais. E quero parabenizar o Vereador Ezequias Barros, do PMB, que ele bateu forte nisso, tem um Projeto de Lei para proibir isso, e é importante. Olha só, ele foi ao colégio filmar e depois foi falar com a Chefe de Núcleo, a Angela Piotto, e ela disse que é ela que cuida e vai fazer em todos os colégios, em todos os CMEIs que estão na coordenação dela. São 43 CMEIs. Estou falando esse caso aqui...

Deputado Hussein Bakri (PSD): O senhor pode me dar um aparte?

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Pois não.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Quero só entender. A preocupação de V.Ex.^a é muito importante. Vossa Excelência fala que é Chefe de Núcleo e CMEI...

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): É Prefeitura.

Deputado Hussein Bakri (PSD): É Prefeitura.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): É que vou entrar agora na importância. É que tenho um Projeto de Lei aqui...

Deputado Hussein Bakri (PSD): Desculpa, é que quando o senhor fala Chefe de Núcleo, remete às escolas...

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Não, não, não. É do CMEI. É Núcleo do CMEI. Desculpa, Prefeitura.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Desculpa, só para entender. Obrigado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Angela Piotto. Por que falo isso? Tem um Projeto de Lei meu aqui que é para proibir esse tal banheiro neutro. Então, quero pedir ao nosso colega, o Deputado Tiago Amaral, que coloque esse Projeto para pautar rapidamente na CCJ. Temos que acabar, gente, com essa palhaçada que está acontecendo no nosso Brasil. Não é possível! As pessoas querem mudar o que já é certo. A vida inteira foi assim! Agora, querem fazer um banheiro para atender aquele tal do “trans”, aquele que é homem e acha que é mulher ou vice-versa. Ora, para incluir essa minoria, vamos excluir a maioria, Deputado Micheletto? Isso é uma palhaçada! Tem que acabar com isso. Temos que aprovar esta lei nesta Casa aqui, para o Paraná inteiro proibir essa atitude insana, imoral que está acontecendo aqui. Ora, você que é homem e acha que é mulher, problema é teu! Você geneticamente, biologicamente é homem, você vai ao

banheiro de homem. Tenha vergonha na cara! Banheiro é masculino e feminino, ou menino e menina e ponto-final. Essa minoria que cuide da vida deles. Não interferimos na vida deles e nem queremos interferir, cada um cuide da sua vida. Não temos problema aqui de homofobia, não. Queremos defender a maioria das famílias do Paraná.

Deputado Ney Leprevost (UNIÃO): Deputado Arruda, concede-me um aparte?

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Pois não.

Deputado Ney Leprevost (UNIÃO): Deputado, o senhor está tocando em um assunto que é importante, porque diz respeito à segurança das nossas crianças. Não vejo essa questão como uma questão moral, questão de gênero, questão de homofobia, vejo como questão de segurança da criança. Você não pode deixar um homem adulto, um marmanjo, um barbado ir ao mesmo banheiro que uma menina de 14 anos de idade, de 12 anos de idade. Se eu tivesse uma filha de 12 anos e na escola deixassem marmanjos irem ao mesmo toalete que ela, é óbvio que ficaria indignado com a escola, tiraria a criança da escola. Agora, temos que tomar um cuidado também para ver o seguinte, tem o banheiro que é de uso individual. Então, esse banheiro tem lá que é para uma pessoa só, e ele pode até servir em uma determinada repartição pública para ser usado por um homem, por uma mulher, por um “trans”, seja lá por quem for. Agora, banheiro coletivo, não! Banheiro coletivo ou é para homem, ou é para mulher. O senhor concorda comigo?

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Exatamente, Deputado Ney.

Deputado Ney Leprevost (UNIÃO): É esse cuidado que temos que ter. Criei aqui no Paraná a *Força-Tarefa Infância Segura*, que é exatamente para lutar contra aqueles pedófilos, criminosos que molestam crianças. Aí vão colocar barbado no mesmo banheiro que uma menina de 11, 12 anos? Não dá para admitir! E olha que sou tido pelos de extrema-direita, eles acham até que sou esquerda. Mas, neste caso, estou 100% de acordo com o senhor.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Obrigado, Deputado Ney. Realmente, aqui não é questão partidária, não tem nada a ver. Acho que a defesa das famílias está acima de tudo, de qualquer viés ideológico. A defesa das crianças, das famílias está acima de qualquer coisa. Acho que ninguém aqui vai ser contra um Projeto desses. Por isso, aqui, quero estender... Tem outros Projetos. Deputado Hussein Bakri, o Projeto que proíbe ideologia de gênero, que está na Comissão de Educação, vou pedir a gentileza que o senhor pauta rapidamente esse Projeto, porque esse é o Projeto mais importante que temos. Sou aqui procurado por pais diariamente, que seus filhos na escola, na tentativa de doutriná-los, um professor, uma professora chega para uma criança de cinco, seis anos e diz que ela pode escolher o gênero dela, que ela é menininha e pode virar menino, ou é menino e pode virar menina. Isso é uma vergonha! Isso nenhum pai quer, isso está tirando a tranquilidade dos pais. Temos que pautar nesta Casa com rapidez esses Projetos, principalmente o de ideologia de gênero, porque isso aí é um crime, uma covardia contra as crianças. Então, peço ao Deputado Hussein Bakri, por favor, agilidade nesse Projeto que está há um bom tempo na Casa e está parado na Comissão de Educação. Temos que correr com isso aí. Vou aproveitar para ler outros Projetos aqui que acho importantes e encaminhei para o Deputado Tiago Amaral, tenho certeza de que ele vai agilizar também, que é o Projeto que proíbe a linguagem neutra. É um Projeto que tenho e outros Deputados têm também. Tem um Projeto de Lei - esse é importante - que exige o exame toxicológico de professor. Isso aí passou dos limites, de em universidade rolar festinha com aluno e professor usando drogas. Isso tem que acabar! Sei que é a minoria dos professores, então vamos separar o joio do trigo. Tem um Projeto de Lei que proíbe a hormonioterapia e a cirurgia para transição de gênero - Projeto que protocolei neste mandato. Está acontecendo isso em São Paulo: crianças de 11 anos fazendo tratamento para mudar o gênero. Isso é um absurdo! A criança não tem nem noção disso aí, e está acontecendo. Acho que esse tipo de Projeto que tem que pautar aqui na Casa, que é fundamental para defender as famílias e dar tranquilidade aos pais e mães do Estado do Paraná, e que sirva de exemplo para o Brasil inteiro. Para finalizar, mais uma do Presidente Lula, mais uma do

desgoverno dele. Vejam só quando se elege um Presidente despreparado, incompetente, um Presidente que é ex-presidiário, que já cometeu uma série de crimes e voltou à cena do crime. Agora aquela fala infeliz dele criticando a Ucrânia; o Brasil perdeu apenas, apenas uma fábrica, ou melhor, duas fábricas que seriam construídas aqui da estatal ucraniana Antonov, que ia construir aquelas grandes aeronaves. O Brasil perdeu 50 bilhões em investimento e 10 mil empregos. Eles iam construir duas fábricas, uma em São Paulo e uma no Paraná. Então, nós paranaenses perdemos no mínimo, aqui, 5 mil empregos e 5 bilhões em investimentos. Olha o que este desgoverno está fazendo com o Brasil. Esse homem tem que ser parado imediatamente, para o bem do futuro do Brasil. Não é nem questão partidária de PT, de direita ou esquerda, é questão de tirar esse Lula do poder. Ele não tem capacidade moral, ética e não tem competência para o cargo. Passa vergonha onde vai! Foi lá em Portugal... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Mais um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Foi lá em Portugal, uma vergonha, o mundo inteiro vendo um Presidente ser chamado de ladrão, porque ele foi condenado por roubo. Então, nada mais justo do que chamá-lo de ladrão. Aqui no Brasil ele não pode andar na rua que é chamado de ladrão. Então, ajeitaram a casa para eleger esse sujeito, lamentavelmente, e o brasileiro, todos nós vamos pagar o preço de um Governo incompetente, que nomeou uma cambada de quadrilheiros para cargos importantes, pessoas desqualificadas. Agora estão colocando na Petrobras, está voltando ao cargo um que foi preso durante a Lava Jato por desvio de dinheiro público da Petrobras, e está voltando ao cargo. Isso é um *tapa na cara* do brasileiro, é um *tapa na cara* da Justiça e está afirmando que o crime compensa. Então, temos que nos unir - nós conservadores -, vamos às ruas nos manifestar pacificamente e exigir o *impeachment* desse descondenado e também a prisão... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, seu tempo encerrou. Mas, o Presidente em exercício, Deputado Marcel, disse que já lhe concedeu um minuto. Estou chegando agora aqui. O meu desejo não é barrar a sua fala, pelo contrário. Vossa Excelência já falou mais de um minuto agora.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Falei para o meu microfone, ainda bem que eu tenho ele. Muito obrigado.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Senhor Presidente, não tive a oportunidade de pedir um aparte na fala do Ricardo Arruda, e gostaria de fazer um esclarecimento a esta Casa. Tem-se feito muita polêmica em cima de ideologia de gênero. O banheiro em CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil segue normas da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Até os três anos o banheiro é misto, porque ele é usado para o desfralde dos bebês. Todo mundo que é pai e mãe sabe que a partir dos dois anos... Os CMEIs atendem crianças de seis meses a três anos. Portanto, a partir dos dois anos começa o desfralde, atividade onde a professora leva esses bebês para iniciar o desfralde e, de acordo com as normas da Secretaria de Estado da Educação, esses banheiros são mistos.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente, perdoe-me, mas não tem essa parte, e outra... Desculpa, Deputada, com todo o respeito, está querendo *tapar o sol com a peneira*. São todos os CMEIs que têm banheiro de menino e de menina, e ela está usando e mudando isso aí.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arruda, não cabe a *questão de ordem*, ela fez apenas uma exposição.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Mas, não cabe a exposição, desculpa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença do Vereador de Céu Azul, Sr. Jairo Alairso Heinemann, por solicitação do Deputado Guerra. Seja bem-vindo. Próxima oradora, Deputada Flávia Francischini.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Bom dia. Gostaria de voltar ao assunto que falamos ontem, que foi levantado pelo meu colega Deputado Ney Leprevost, hoje novamente ressaltado e defendido aqui também pela Deputada Márcia Huçulak, que disse que não existe a *indústria da multa* aqui em Curitiba. Uma vez que, enquanto Vereadora em Curitiba, entrei com Requerimento para que conseguíssemos instalar a CPI e não tivemos o número de Vereadores para que fosse instalado, tivemos só 12 assinaturas, 12 corajosos Vereadores. Gostaria imensamente que os Vereadores da base do Prefeito na Câmara Municipal aprovassem o nosso Projeto de Lei, que inclusive hoje está sendo muito bem cuidado pela Vereadora Amália Tortato, que foi muito pedido pela população e que hoje está tramitando ainda. Inclusive, se não for aprovado na Câmara, entendo que é importantíssimo que apresentemos aqui este Projeto semelhante na Casa, para que não haja nenhuma dúvida mais com relação à transparência dos valores que são arrecadados por essas multas e na instalação desses radares, porque realmente é um absurdo que tenhamos, em menos de 100 metros, quatro radares. E isso acontece constantemente, Vereadora Ana Júlia. Deputada Márcia, gostaria inclusive de pedir, uma vez que temos tido aqui essa parceria entre todas as Deputadas, que a senhora me ajudasse, até porque existe uma abertura maior, a senhora, como foi Secretária lá na Prefeitura, de repente tem mais abertura lá dentro, que a senhora me ajudasse e assinasse em coautoria esse futuro Projeto aqui, para que aumentemos a transparência da arrecadação de multas em todos os municípios do Paraná. Então, se a senhora pudesse me ajudar a assinar aqui, seria de grande valia. Por fim, para acabar de vez com a *indústria das multas*, peço que os Vereadores da base do Prefeito Greca, para que eles assinem o meu pedido de instalação de uma CPI de investigação na Câmara Municipal. Tenho certeza de que a Vereadora Amália Tortato, que trabalha muito bem e que continua esse trabalho que começamos em 2021, ela vai ficar muito grata. Muito obrigada.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Peço um Aparte, Deputada.

Deputado Denian Couto (PODE): Um Aparte também.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Por gentileza, os dois Deputados.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Primeiro, quero parabenizar por esse Projeto, quero assinar também. Tem que ter transparência para onde vai tanto dinheiro. Curitiba é uma fábrica realmente de multa. Isso é óbvio, todo mundo sabe e não adianta tentar esconder, com todo o respeito à Deputada aqui, que é amiga do Prefeito Greca. O Prefeito Greca tem um lado bom e tem um lado péssimo de governante que ele fez aqui em Curitiba. E o caso aqui, Deputada Flávia, dos banheiros nos CMEIs, que ela falou que era fraldário, estou dizendo que não é só para fraldário, não, ela trocou todas as plaquinhas de banheiros só onde ela é Chefe do Núcleo, o resto não, está igual, todos têm banheiro de menina e menino. Ela quer liberar geral. Deve ser a opção de gênero dela e ela quer implantar para todo mundo. Esse é o mal quando a professora ou a Chefe do Núcleo quer impor a vontade dela para todo mundo. Está errado. Temos que respeitar os pais e as crianças, pais e mães e as crianças também.

Deputado Denian Couto (PODE): Deputada Flávia, quero cumprimentá-la e mais uma vez sublinhar a sua coragem. É importante que o parlamento estadual saiba disso, nós empreendemos juntos, juntos com outros Vereadores em Curitiba uma batalha por transparência no sistema de arrecadação de multas na Capital. Apenas um radar em Curitiba, um radar sozinho, em um ano, arrecadou mais de R\$ 1 milhão. Negar a existência da *indústria da multa* em Curitiba é negar a realidade, é fechar os olhos àquilo que vemos e observamos todos os dias. Infelizmente esse modelo de *indústria da multa*, que chamo de máfia, da roubalheira da arrecadação na Capital está sendo exportado para outros municípios. É impressionante o que acontece hoje em São José dos Pinhais, aqui do lado, onde também a Prefeitura começou a implantar um sistema de arrecadação pautado em uma *indústria de multa*. Minha solidariedade à população de São José dos Pinhais, aqui de Curitiba e mais uma vez, Deputada Flávia Francischini, parabéns pela coragem. A minha assinatura está lá no pedido de abertura de uma CPI para investigar a questão das multas na Capital, mas, infelizmente, uma maioria covarde na Câmara Municipal não se deu ao seu papel

de fiscalizar o que acontece no sistema dos radares aqui na Capital. Parabéns, Deputada.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Só para finalizar...

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): Deputada Flávia, me daria um aparte também, posteriormente?

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Por favor.

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): Quero parabenizá-la pela coragem, pela luta, pelo seu trabalho como Vereadora, digna representante da sociedade curitibana. Digo que não é só uma *indústria da multa*, é um conglomerado industrial, é um parque industrial, porque dados levantados aqui constam que em 2021 foram arrecadados 119 milhões, mais de 119 milhões em multas de trânsito em Curitiba, com mais de 725 mil multas aplicadas. Isso não pode ser algo normal, algo aceitável. Nós estamos punindo de uma forma exasperada, desproporcional os nossos motoristas. Então, parabéns pelo seu trabalho. Conte com o apoio do Delegado Xerifão sempre, porque é uma causa em prol da nossa sociedade, porque está sendo arrecadado dinheiro de forma irregular, de forma ilícita, punindo o motorista que vai trabalhar, que está indo para as escolas e que muitas vezes, como disse o próprio Deputado Ney Leprevost, passa por arapucas, locais de baixa velocidade e com várias informações diferentes a cada trecho, causando um dano imensurável de cunho econômico ao bolso dos curitibanos. Conte com o meu apoio, Deputada Flávia Francischini, contra este absurdo do governo municipal. Obrigado.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Obrigada, Delegado Tito. Só para finalizar, quero deixar aqui registrado que temos, na Câmara de Vereadores, Vereadores que trabalham muito, Vereadores que têm uma grande responsabilidade por Curitiba e não só tentamos instaurar essa CPI dos Radares, como também da Linha Verde, não é, Vereador Denian, e chamamos a administração para que nos mostrasse a questão das empresas que não tinham

autorização para voltar a trabalhar nas obras da Linha Verde, mas que infelizmente não logramos êxito. No ano passado, inclusive, tentamos até mostrar que estaria debutando a Linha Verde, com mais de 15 anos ainda aberta a construção, mas que infelizmente continua, realmente não finalizou a obra e está lá, muita gente ainda demora duas horas para chegar ao trabalho e, infelizmente, essa é a administração que temos em Curitiba. É isso aí. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, meu bom dia a todos. Quero falar nesta manhã, Sr. Presidente, enquanto ainda nos dão o direito de falar, sobre uma matéria que muitas pessoas não estão tendo a real noção do tamanho do dano, do tamanho do problema que está se propondo e que está em discussão, neste momento, no Congresso Nacional, com o título bonito de *PL das Fake News*, e que no nome verdadeiro, no nome das pessoas que pensam, Deputado Luís Corti, é o *PL da Censura*, é o *PL do Cerceamento da Liberdade de Expressão*. Como nos comunicamos, como expressamos o que pensamos, o que sentimos da sociedade? Expressamo-nos nas conversas individuais, nas nossas reuniões no dia a dia, mas hoje o que há de mais frequente são as nossas expressões por meio das redes sociais. E, agora, esse Projeto do Governo do PT, no Brasil, quer impor esse policiamento de tudo o que se fala na internet, mas não é só impor um cuidado para que as pessoas não extrapolem no que vão dizer, é exigir que as redes sociais sejam guardiãs da internet. Mais do que isso: pretende criar uma entidade chamada Entidade de Supervisão, sob o comando do Governo do PT, Deputado Marcel Micheletto. Cada um de nós tem uma maneira de ver o mundo, o Governo do PT tem a sua maneira de ver o mundo, defende as suas ideologias - e se alguma coisa que daqui para frente dissermos estiver em discordância com o que deseja o Governo, ele vai dizer que não podemos dizer aquilo. Vossa Excelência, Deputado Gugu Bueno, que é um defensor da vida, já vi pronunciamentos de V.Ex.^a aqui, por exemplo, defendendo a legitimidade do nascituro, a legitimidade natural das pessoas que

estão no ventre materno terem o direito de nascerem. Se amanhã ou depois, o Governo do PT, que fez várias ações no sentido de promover a indústria do aborto no Brasil, entender que o que V.Ex.^a defende é contra o aborto, Deputada Mara Lima, essa Entidade de Supervisão pode entender que esse seu discurso é um discurso de ódio, de tendência de violência à mulher, e o senhor não pode mais falar isso. Amanhã ou depois, Deputada Mara Lima, talvez, pode ser que a sua convicção religiosa, que está assegurada na Constituição, que já foi rasgada várias vezes pelo próprio Supremo Tribunal Federal, se V.Ex.^a quiser defender uma concepção religiosa sua, mas se o Governo, que é essa Entidade de Supervisão, entender que vosso discurso, que vossa fala está em desacordo com o que eles entendem ser o certo, V.Ex.^a poderá ser acusada de estar promovendo discurso de ódio ou o que cada vez se cria uma frase, que é uma frase bonita: Contra qualquer ato antidemocrático. O que é ato antidemocrático? O que é ato antidemocrático? Cada pessoa tem uma concepção sobre o que é ato antidemocrático; mas, o Governo do PT tem uma leitura: tudo o que se faz, se você fizer uma manifestação hoje reclamando de alguma coisa, inclusive contra esse Projeto, daqui a pouco vai se dizer que está se promovendo uma desordem no Brasil, que está se promovendo um ato antidemocrático e não poderemos falar sobre qualquer situação que venha e que expresse a nossa opinião! É um Projeto perigosíssimo! Cresci ouvindo mentiras. Infelizmente, tive a infeliz oportunidade de ser manipulado e ser enganado por muito tempo com discursos bonitos, com frases bonitas. O que a esquerda no Brasil sempre defendeu? Que o regime militar impôs censura, que as pessoas não podiam falar, que a imprensa não podia se manifestar. Somos contra a censura. O que é esse Projeto, gente? Um Projeto de 50 ou 60 artigos, porque não deu nem tempo de ler, porque colocaram e já aprovaram ontem, lamentavelmente, em regime de urgência o Projeto. O que é esse Projeto? O que é essa pretensão de lei, se não é uma censura? Falar o que as pessoas podem falar, autorizar o que as pessoas podem falar e proibir o que as pessoas não podem falar. Mas, sob o ponto de vista de quem? Quem é que vai dizer se o que estou falando está certo ou se o que estou falando é um discurso de ódio, é um discurso antidemocrático, é discurso violento? E detalhe: a

depender do que você falar, agora você pode ser incursão em situação criminal! Ou seja, você pode ser preso pelo o que você falar, se esse Projeto for aprovado. Então, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas e todos que nos acompanham, é evidente que vou divulgar esta minha fala aqui, porque quero convidar as pessoas que estão em casa para que façam o contato com os Deputados Federais que vocês conhecem, inclusive do meu partido – não aqui do Paraná – Deputado Diego Garcia votou contra essa vergonha, esse absurdo. Mas, que façam contato com todos os Deputados que se omitiram, que não votaram, e os que votaram a favor desse regime de urgência vergonhoso. Promover o debate em torno disso, para que os Deputados votem contra essa vergonha, não impor a censura! Cercear algumas ações, algumas palavras, isso já acontece, a própria Constituição e o Código Penal já preveem.

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): Deputado Marcio, o senhor me daria um aparte?

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Na sequência, Deputado. Agora, criar uma lei aprovada a toque de caixa, com regime de urgência, cerceando, criando uma Entidade de Supervisão, que é um Ministério da Verdade! Quem diz a verdade? Aliás, compromisso com a verdade é o que o Governo do PT não tem! Compromisso com a verdade, com o lógico, com o natural, não tem! É o discurso da ideologia, o discurso que convém. Sempre, todos os dias, Deputada Cloara, rezo e peço a Deus, todos os dias: Senhor, dá-me a palavra certa, na hora certa, do jeito certo e para a pessoa certa. Essas pessoas não pedem a palavra certa, elas usam a palavra que convém, elas usam a palavra que é apropriada para o momento para defender o que elas entendem, as ideologias perversas que querem implementar no nosso Brasil. Passo um aparte ao Deputado Tito e, na sequência, ao Deputado Gugu Bueno.

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): Parabéns pela sua manifestação. Coloco-me à disposição inclusive para montarmos uma Comissão e irmos até Brasília, para politicamente cobrarmos dos Deputados Federais posicionamento

em relação ao direito e à liberdade de o cidadão se manifestar aqui no Brasil. Já temos instrumentos jurídicos hoje vigentes no ordenamento jurídico para o enfrentamento de *fake News*, temos na área penal a calúnia, a injúria, a difamação, temos na área cível a ação por dano moral. Agora, o que não queremos e não aceitamos é a censura prévia. E a base de uma democracia é a liberdade. Censura prévia aqui no Brasil, que o PT quer implementar, não aceitamos. Obrigado, Deputado.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Infelizmente, Deputado Tito, não teremos tempo para fazer isso, porque essa lástima pode ser aprovada ainda no dia de hoje no Congresso, se não nos mobilizarmos. Então, este é o momento, agora, de entrar em contato com os Deputados: *Pelo amor de Deus, vote contra essa vergonha.* Deputado Gugu Bueno.

Deputado Gugu Bueno (PSD): Deputado Marcio, rapidamente, no seu tempo. Quero parabenizar vossa preocupação, que de fato deve ser uma preocupação de todos nós. Sem entrar ainda na questão do mérito de Governo, de Oposição, de direita, de esquerda, acho que é uma discussão muito, muito importante, que deve ser muito aprofundada e que não pode ser votada em regime de urgência, de uma noite para outra. É algo que nos preocupa. Quem é o estado para montar um órgão para dizer o que é verdade e o que é mentira? O estado não pode ter esse poder sobre a sociedade. Aqueles que estão aplaudindo neste momento podem imaginar e têm que saber que o governo é passageiro, daqui a pouco teremos outro governo no Brasil e teremos um órgão para dizer o que é verdade, o que é mentira, o que pode ser dito e o que não pode ser dito. O Deputado Tito foi muito feliz em dizer que hoje existem consequências para aquilo que você fala, se for mentira, denúncias caluniosas, agora uma censura prévia é um momento extremamente preocupante do nosso Brasil. De fato, V.Ex.^a está certíssimo em trazer a discussão que pode, infelizmente, acontecer hoje ou amanhã em Brasília. Parabéns, Deputado.

Deputado Fabio Oliveira (PODE): Deputado Marcio, um aparte.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Vossa Excelência, Deputado Gugu Bueno, é muito feliz quando diz o seguinte: quem está hoje aplaudindo, defendendo, pode beber do próprio veneno. Gente, olhem o que aconteceu lá atrás, quando se repreendeu a ideia do AI-5, que era o quê? Era ditar as regras do que poderia e do que não podia no Brasil. O que está se fazendo neste momento com este Projeto? É dizer o que é possível e o que não é possível, o que é potencialmente legal. O que é potencialmente legal? Quem considera isso? Quem é que rege isso? Quem pediu o aparte? Passo o aparte.

Deputado Fabio Oliveira (PODE): Fabio Oliveira.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Marcio, o seu tempo encerrou. Um minuto para concluir.

Deputado Fabio Oliveira (PODE): Deputado Marcio, rapidamente. Parabéns pela sua iniciativa de vir a essa tribuna e trazer este assunto que muito nos preocupa, porque ele fere a Constituição Brasileira e fere de uma maneira gritante, de uma forma que querem nos vedar as nossas bocas e não nos deixar mais falar aquilo que temos o direito constitucional, que cada cidadão brasileiro tem de se expressar. Cinco pontos dentro desse Projeto de Lei horroroso, que conseguem colocar uma venda, uma faixa na boca de todo cidadão brasileiro, inclusive a ponto de se criar, como bem apontado pelo Deputado, dentro do Governo uma entidade. Não podemos fazer isso. Sua ideia de entrarmos em contato com os Deputados Federais cobrando que eles votem contrariamente tem o meu apoio.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): O meu posicionamento absolutamente contrário, então, a esse Projeto de Lei. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Por favor.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): A essa vergonha. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, percebi que a Casa está com três temas hoje aqui que são muito interessantes. O primeiro deles é uma *fake news*. *Fake news* criada por aqueles que querem desinformar, que é o caso específico de poder dizer que em Curitiba há uma separação, uma separação não, não há separação de meninos e meninas nas creches, CMEIs, sejam públicas ou privadas. Efetivamente não é essa a forma que a Prefeitura tem tratado do tema. Não existe, isso é uma *fake news* criada objetivamente, é isso. Todos sabemos, aqui são mães, pais, que a criança, pelo menos até os três anos, o tratamento que ela vai receber, quando é necessário deixar a criança aos cuidados de um CMEI, de uma creche pública ou privada, obviamente, a criança até os três anos vai ser cuidada de uma forma coletiva. Deputada Márcia Huçulak, que foi nossa Secretária de Saúde, sabe bem do ambiente, o uso do banheiro, claro, que é um ambiente único. Depois disso, são separados meninos e meninas. Vamos deixar claro isso. É uma *fake news* que está sendo criada em relação a Curitiba. Acho que é necessário isso. Essa lei do Senador Alessandro Vieira, que é do Cidadania, que foi aprovada no Senado e está na Câmara dos Deputados, visa justamente transformar a Internet em um ambiente menos tóxico. A Internet se transformou no ambiente da desinformação. Dizem os cientistas sociais que ela vai se tornar tão árida, tão tóxica que as pessoas vão literalmente abandonar as redes sociais e a Internet, por conta de que ninguém mais conseguirá separar o que é verdade do que é mentira. Deputada Cloara, talvez eu tenha sido um dos primeiros Deputados vítima de uma *fake news* no Brasil, em 2016. Todos se lembram aqui do famoso episódio daquele caminhão apreendido no Mato Grosso do Sul, que era um caminhão de asfalto apreendido com drogas. Falsificava-se como se fosse da Empresa Romanelli, que a Deputada Cloara, que é de Londrina, conhece bem, e atribuía-se como se eu fosse chefe de uma máfia de tráfico de armas, drogas e coisa que o valha. Foi um *fake news* criado. A legislação brasileira é a pior do mundo. É a pior do mundo porque literalmente você recorre aos tribunais, às redes

sociais e não tiram todas as URLs que veiculam as matérias. O resultado concreto é que temos um fato que é falso. O fato é verdadeiro, atribui-se a uma narrativa falsa, está criada a *fake news*. Depois, minha gente, de espalhada a pena, como se descreve no Direito Penal, do travesseiro jogado para cima, não se tem como mais você fazer com que a honra volte para a pessoa. Todos aqui já foram de uma forma ou de outra vítimas de *fake news*. Esse Projeto de Lei que está sendo votado e debatido em Brasília é importante, sim, é importante porque tem que dar transparência, tem que regulamentar esse tema. Ele não pode obviamente atingir a censura, transformar em censura prévia, mas, feita a denúncia, o provedor de Internet tem responsabilidade, sim, tem que ter responsabilidade de poder tratar, depois que o Judiciário tratar, de poder remover aqueles conteúdos sabidamente falsos e que efetivamente devem ser retirados. Esse é o ponto que a mim me parece fundamental e é um avanço na legislação brasileira. O Senado da República não é petista, minha gente, o Senado da República é formado por multipartidos. A mim me parece que o Senado, quando aprovou a matéria, aprovou justamente pensando no Brasil, em termos de ter uma legislação, como outros países já fizeram e tem funcionado. Quero crer que a Câmara dos Deputados também vai fazer a mesma coisa. Na sequência, Deputado, quero tratar de outro tema aqui, senão não consigo falar, desculpe. Queria dizer o seguinte, hoje se falou da *indústria da multa*. Por que estou ligando a *indústria da multa* com os outros dois temas que tratei? Porque, minha gente, se tem uma *indústria da multa* é porque temos uma indústria de infratores, infratores de trânsito. Lamentavelmente, quem é contra radar, é porque não cumpre a legislação de trânsito. É só observar a sinalização viária, observar que você tem que andar a 40 km/h, 50 km/h, 60 km/h e efetivamente não cometer as irregularidades, ficar com o prontuário limpo. O meu está lá no Detran limpo, não tenho multa. Por que não tenho multa? Porque respeito a legislação. O fato concreto é que estamos com um problema, minha gente, não só nas cidades, nas estradas. Estamos com um abandono completo, tanto por parte da Polícia Rodoviária Federal, que, segundo sei, sem efetivo, não fiscaliza quase nada mais as rodovias federais do Paraná. Temos baixíssimo efetivo fiscalizando. Caminhões

sempre em excesso de velocidade, caminhões, que têm a obrigatoriedade de ter tacógrafo registrando a sua velocidade máxima, não são fiscalizados. Se fossem fiscalizados, efetivamente não veríamos, como todos que aqui estão na estrada todo dia, toda semana, caminhões a 110, 120, 130 km/h e ninguém fiscaliza o radar, aplica o tacógrafo e ninguém aplica a multa. Da mesma forma, não temos hoje mais praticamente nenhum radar em rodovia estadual. Não temos por quê? Porque, à guisa lá atrás de combater a *indústria da multa* no Governo Requião, aprovamos uma lei, esta Casa aprovou uma lei onde se proibia que se contratasse empresas terceirizadas para operar os sistemas de radares em rodovias estaduais. Qual é o resultado? Não podemos instalar nem lombada eletrônica em rodovia estadual. Não podemos, é proibido, porque o Estado não consegue exercer esse serviço público diretamente e aí não pode fazer isso através de uma licitação, onde você contrataria cada ponto de radar por um valor determinado - não pelo faturamento do radar, mas por óbvio para poder ter o mínimo de controle, minha gente. O Paraná está sem controle no nosso sistema viário, tanto estadual quanto federal. A Polícia Militar Rodoviária nossa e a Polícia Rodoviária Estadual estão com redução de efetivo, estamos com poucos policiais trabalhando, estamos com problema objetivo nisso, por maior esforço que é feito. Temos que mudar o conceito, temos que fazer um esforço. O Governo do Estado, na área de segurança pública, tem que retomar o controle das rodovias estaduais e federais para que tenhamos, minha gente... Olha o nível de violência, de acidentes de trânsito que temos tido, por motoristas drogados, motoristas embriagados. Agora, por quê? Porque não tem fiscalização. O radar, minha gente, vou repetir, só fica irritado com radar quem não cumpre a legislação de trânsito brasileiro. Ah, é bonito você ser contra a *indústria da multa!* Ah, o que o Romanelli está falando da tribuna não dá voto! Não estou preocupado com a próxima eleição, estou preocupado é em salvar vidas humanas, pessoas que têm o direito de viver e não de serem assassinadas em um trânsito violento. E a nossa Assembleia Legislativa tem que promover o debate. A Comissão de Segurança Pública, junto, Deputado Gugu Bueno, se me permite, com a Comissão de Obras, chamar aqui as autoridades responsáveis, vamos discutir essa questão da

implantação dos radares, tanto nas rodovias estaduais quanto nas federais, vamos discutir medidas que ampliem a fiscalização nas rodovias estaduais e federais do Paraná. Porque, olha, quando você circula por outros estados, por outros países, dá para você ter uma ideia de quanto que estamos efetivamente tratando mal este tema, que é um tema da maior responsabilidade. Penso que Curitiba é uma cidade que avançou muito nessa área. É motivo de crítica? É. Mas, também vocês vão vendo que há uma redução do número de acidentes e do número de pessoas que morrem no trânsito. E temos que preservar a vida, a vida é o bem maior que temos, não há bem maior do que esse. E quem levar multa, não vai ser injusta a multa; se for injusta, é só recorrer da multa. Leva a multa quem não cumpre a legislação. A lei vale para todos, não tem ninguém acima da lei e nem abaixo da lei, é só cumprir a lei que você não vai levar multa. Reclamar é um direito, mas, indiscutivelmente, nós que exercemos função pública, não podemos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Romanelli, um minuto para concluir.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Não podemos estar pensando na próxima eleição, temos que estar pensando nas próximas gerações, nas pessoas que têm que viver e, ao mesmo tempo, da responsabilidade que temos de fazer políticas públicas boas que possam garantir vida digna, vida plena para as pessoas. No mais, muito obrigado a todas e todos.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Ney, *pela ordem.*

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Fiz um aparte há pouco ao discurso do Deputado Arruda e fui interpelado por um amigo ali na frente da Assembleia que é do Conselho dos Direitos Humanos. Preciso só fazer um esclarecimento rápido sobre a minha posição. Não corroborei em todos os Projetos que o Deputado

mencionou, até porque não os li, não conheço os Projetos do Deputado. Apenas o que quis dizer, para ficar bem claro, é que se um homem como eu, de 49 anos de idade, for visitar uma escola e tiver um banheiro de meninas, de meninas crianças, de 10, 9, 12, 14 anos, adolescentes que sejam, não posso compartilhar aquele mesmo banheiro que uma menina de 11, 12 anos está usando. Foi isso que eu disse e talvez tenha me comunicado mal, as pessoas parecem ter entendido errado. Sou livre de qualquer forma de preconceito, de discriminação, a minha preocupação é com a segurança da infância, temos que cuidar das nossas crianças. Não pode um homem da minha idade entrar em uma escola, em um banheiro de uma menina de 11 anos de idade. É isso que quis dizer. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok, Deputado. Registro a presença do Presidente da Câmara de Arapongas, Rubens Franzin Manoel, e dos Vereadores Pastor Rodrigo, Cecéu, Zé Maria, por solicitação do Deputado Bazana; e do Vereador de Mamborê, Sr. Chitão, por solicitação do Deputado Soldado Adriano José. Sejam bem-vindos. Próximo orador, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente e colegas, quero que me escutem. Em primeiro lugar, Presidente, não iria falar hoje, até tínhamos conversado, porque os discursos são tantos e a gente respeita, aqui é o Parlamento, Deputado Artagão, até porque nem aguento a minha voz esta semana, imaginem vocês. Fico imaginando. Semana puxada. Ontem tivemos uma Audiência Pública fantástica aqui. Deputado Adriano, parabéns, Deputado Tiago Amaral. Parabéns para mim mesmo e para todos os colegas que aqui estiveram. Obrigado. Mas, Presidente, brincadeiras à parte, aqui estiveram vários Deputados de várias correntes ideológicas, as mais diversas, tratando de um tema muito importante, que foi a questão da segurança das escolas. Foi tratada com toda a responsabilidade, sem demagogia, sem tripudiar em cima da desgraça alheia, fazendo com que os organismos ofereçam a nós sugestões para que possamos transformar em Projetos de Lei, para que possamos transformar em ações efetivas. Mas, Presidente, quero parabenizar o Cerimonial desta Casa,

sinceramente. Acho que não tenho nenhum voto ali, tudo do senhor, mas não posso deixar de reconhecer. Fantástico! As meninas do Cerimonial, o pessoal da comunicação, fantástico. Um evento marcante, que só fortalece a posição desta Casa, e quero reconhecer aqui esse grande evento de ontem. Mas, Sr. Presidente, lá em Apucarana, passei uma vez só, mas sou um cara que leio muito jornal, Deputado Arilson, desde menino já lia jornal, tanto é que me formei na área de comunicação. Leio todos os jornais do Interior do Paraná, Micheletto, aí leio a *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de Londrina*, todos do Paraná que tem leio todos os dias. Uma que quero ver o que os outros Deputados estão fazendo, sou curioso também, mas também quero me informar das questões. E lá em Apucarana, Arilson, você deve conhecer o Curisco. O Curisco é o cara que faz uma coluninha do lado no jornal *Tribuna do Norte*, e você já vê como está o clima na cidade, se está azedo, se não está azedo, se o Curisco está cutucando, como está o Curisco. Você já vai ver como está a situação da administração, não é, Jacovós? Curisco está azedo, muito azedo, e o que estamos escutando aqui é o reflexo da atuação do Curisco. Mas, não quero entrar no mérito lá, porque tem vários Deputados que atuam na região. O que quero fazer aqui é me reportar a um fato que foi dito aqui em relação ao Secretário Beto Preto. Não posso ir para casa hoje sem fazer essa defesa. Nós que convivemos com a atuação do Secretário Beto Preto aqui nos últimos quatro anos, principalmente durante a Covid, enfrentar o que enfrentamos, o que o Paraná enfrentou, os resultados que alcançou, graças a Deus não tivemos um, sequer um desvio de conduta, tanto é que os preços do Paraná foram considerados na compra de equipamentos, daquele momento de crise, os mais baratos do Brasil. Um Secretário dedicado, um Secretário pragmático, que alia a sua parte técnica com a questão política, como um grande Prefeito que foi. Portanto, quero neste momento dizer que o Beto Preto é necessário para o Paraná. Perdoe-nos Apucarana, perdoem-nos os demais municípios, mas precisamos do Beto Preto na Secretaria. Tanto é verdade que o Governador Ratinho Júnior fez uma convocação do Beto Preto. Evidentemente que ele seria da mesma forma um Deputado competente, mas não dá para fazer as duas coisas juntas. Então, quero dizer para vocês que temos muito orgulho da

trajetória do Secretário Beto Preto, temos muito orgulho do trabalho dele e certamente, Deputado Arilson e demais colegas, ele vai compensar de alguma forma essa sua ausência na Câmara Federal com ações efetivas, de muito resultado. Cadê o Romanelli? Saudades do Romanelli. Deputado Romanelli fala aqui da questão das polícias. Na grande verdade, Presidente, o que assistimos foi um verdadeiro apagão no efetivo das polícias rodoviárias, tanto estadual quanto federal. Temos que reconhecer. Evidentemente que no Estado, não sei no Governo Federal, no Estado tivemos um problema muito sério, que foi o atraso do concurso da polícia, que agora, Deputado Adriano, V.Ex.^a sabe bem, V.Ex.^a tem origem na Polícia Rodoviária, teremos um acréscimo de policiais que estão fazendo curso e certamente, quando terminar esse curso, estarão aptos a ganharem as ruas. Agora, o Paraná não vai ter gente para cuidar das rodovias federais. E aí não concordo com o que disse meu colega, meu amigo Deputado Romanelli. Acho que cada um no seu quadrado. Acho que o Governo Federal vai ter que tomar suas atitudes necessárias para colocar mais policiais rodoviários para atender. A grande verdade, Deputado Arilson, vivemos um apagão tanto estadual quanto federal, nos últimos anos, em relação ao número de policiais militares no que tange à Polícia Rodoviária. Então, gente, quero agradecer.

Deputado Ney Leprevost (UNIÃO): Deputado Hussein, o senhor permite um aparte?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Claro.

Deputado Ney Leprevost (UNIÃO): Deputado Hussein, quero corroborar o que o senhor falou aqui em relação ao Secretário Beto Preto. Sou suspeito para falar do Secretário Beto Preto porque sou amigo dele, convivo com ele, tenho uma admiração grande pelo trabalho dele, mas nesses poucos meses que ele ficou lá em Brasília - e ele ficou com o apartamento que era o apartamento funcional que eu utilizava lá -, na transição, convivi demais com ele. Olha, é um ser humano extraordinário, um homem extremamente trabalhador, competente. Fez um trabalho no Paraná, durante a pandemia, que é um trabalho louvável. Vimos em

estados do Brasil faltando oxigênio, pessoas falecendo por falta de atendimento em hospitais, aqui no Paraná isso não aconteceu. Então, considero no momento, com as informações que tenho e com o conhecimento que tenho do ser humano médico Beto Preto até hoje, ele é uma figura imprescindível no Governo do Paraná. O Secretário de Saúde do Governador Ratinho Júnior na atualidade, posso afirmar que tem o meu total e integral apoio e pode contar também com a nossa Frente Parlamentar da Medicina. Obrigado pelo aparte, pela gentileza, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado, meu amigo Deputado Ney.

Deputado Bazana (PSD): Deputado Hussein, permite um aparte?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O Deputado Arruda pediu antes. Então, aqui, pela ordem de preferência de pedido.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Deputado Hussein, o Deputado Romanelli também comentou a respeito do PL da censura que foi votado. Esse PL é perigosíssimo para qualquer brasileiro. Quem vai montar a equipe para dizer o que é *fake news* e o que não é? O Governo PT. Tudo o que é contra o PT vai ser *fake news*. Como que o Governo PT vai montar uma equipe se o Lula mentiu durante a campanha inteira dele, e somente o que ele fala ninguém vai proibir, ninguém vai prender ele? Então, é um perigo. Qualquer tipo de censura é perigoso. O Ex-Presidente Bolsonaro era chamado de fascista, de ditador, colocavam na internet a cabeça dele, jogando bola com a cabeça dele e ele nunca proibiu nada. Temos que ter liberdade de expressão. Quem exagerar, já está na lei a punição, você pode ser processado cível e criminalmente. Então, isso aí é um golpe para calar a boca dos brasileiros.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Muito obrigado. Deputado Bazana.

Deputado Bazana (PSD): Quero enaltecer aqui também o trabalho do nosso Secretário Beto Preto, que realmente conduziu junto com o nosso Governador

essa pandemia. Passamos por um momento muito difícil e não podemos deixar de enaltecer o trabalho do nosso Secretário Deputado Federal Beto Preto, que realmente merece todo respeito, porque fez um trabalho brilhante, atendendo todos os municípios e rodando o Paraná por todos os lugares, acompanhando de perto a saúde do Paraná e fez um grande trabalho. Tenho certeza, Deputado Arilson, de que Apucarana não vai ser esquecida, porque é a cidade natal, é a cidade em que ele foi Prefeito, foi um dos melhores Prefeitos lá de Apucarana, e vai continuar fazendo esse trabalho maravilhoso.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Muito obrigado. Então, para finalizar, Márcia Huçulak, Deputada, você me encanta, você fez um belo trabalho, você valoriza o trabalho da mulher, você foi corajosa, você enfrentou na Covid. Ficava só olhando você de longe, queria ter o prazer de te conhecer e hoje estamos aqui juntos. Quero fazer esse depoimento. Acho que falando de você estou falando de todas as mulheres. E o Beto Preto, gostem alguns ou não, na minha opinião e da grande maioria, é o melhor Secretário de Saúde do Brasil.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Último orador, pela Liderança do PT, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Bom dia, Deputados e Deputadas. Não íamos usar o horário hoje aqui, eu e o Líder do Governo, mas, face de um debate tão acalorado sobre o PL n.^o 2630, o Projeto de Lei Brasileiro de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. A ementa desse Projeto estabelece normas relativas à transparência de redes sociais e de serviços de mensagens privadas, sobretudo no tocante à responsabilidade dos provedores, pelo combate à desinformação e pelo aumento da transparência à internet, a transferência em relação aos conteúdos patrocinados e a atuação do poder público, bem como estabelece sanções para descumprimento da lei. Ou seja, existe um mercado de desinformação que dá muito dinheiro para as plataformas que impulsionarem postagens mentirosas. O PL pretende simplesmente responsabilizar quem produz, espalha, hospeda tal *fake news* e prega discurso de

ódio em suas plataformas; além de banir, como os grupos neonazistas que estimulam a violência na escola. Ontem, Deputado Adriano, V.Ex.^a com outros Deputados presidiram aqui uma sessão, uma Audiência para tratar da violência escolar. Sei que foi tema os incentivos via aplicativos em internet de violência. Ora, se esta Casa está preocupada com isso, vem ao encontro ao Projeto. Se esta Casa está preocupada com isso, por que tanto discurso contrário? O que é verdade é que a *fake news* tem que ser banida. Nas eleições passadas - aqui é o TSE que fala -, Bolsonaro foi condenado por 42 processos de *fake news*, Lula em seis. Sete vezes o uso maior de *fake news*. Tem que ser responsabilizado. Não podemos viver com a desinformação. Foram essas campanhas patrocinadas que fizeram com que as pessoas não tomassem vacina e morressem de Covid; foram essas campanhas patrocinadas que pregaram o ódio e a violência; foram essas campanhas patrocinadas que inventaram mentiras que precisávamos contar dez vezes que não eram verdades algumas, como que seriam fechadas as igrejas, que defenderia o aborto, que seria feito banheiro unissex por todo lugar, patrocinado. Tem que pagar, sim, quem patrocinou, e o provedor que fez o impulsionamento ser responsabilizado. Por que estão com medo? Talvez porque sejam os que mais usam esse sistema de *fake news*. E me admiro aqui, não sabia que a Base do Governo era contra o regime de urgência. Vi o Gugu Bueno aqui: *Olha, um assunto tão sério, não podemos ter regime de urgência.* Pensasse isso da Copel, que colocaram aqui em regime de urgência e em sete dias aprovaram e acabaram com a empresa. Cadê a coerência do Governo? Cadê os Projetos de Leis que vieram em caminhões em regime de urgência aqui nesta Casa e ninguém criticou a urgência. Agora, em um PL que nem é do PT e é do ano de 2020, que trata de *fake news*, está todo mundo assustado. Talvez porque aqui no Estado do Paraná a *fake news* também foi usada de outra forma mais elegante, não agressiva, mas propagando coisas que não aconteceram, de um Governo fantasioso, de um Governo virtual, instalado aqui no Palácio do Iguaçu, sem transformação na vida do povo paranaense. Admiro-me, a cada dia mais, uma contradição maior aqui. Vamos, Presidente, aproveitar o anseio de vários Deputados que se manifestaram contra o regime de urgência e proibir o regime de

urgência. Sou o primeiro a assinar, o primeiro a coibir o regime de urgência. É gostoso, não é? Pimenta no olho do outro é uma maravilha, não é, para não usar outro termo! Lá não pode ter regime de urgência, aqui só pode ter regime de urgência. Estamos discutindo alguns Projetos em regime de urgência que nem são temas tão importantes assim. Vamos ser coerentes, base do Governo: regime de urgência não. A Oposição apoia. Não apoia, Oposição, que acabemos com o regime de urgência? Vamos acabar, e vamos discutir esse PL da *fake news* melhor. É um PL que proíbe quem mente e quem propaga violência e ódio. Estamos aqui discutindo violência na escola contra o ódio, vamos fazer um PL semelhante aqui no Paraná. E vi aqui também, hoje, um ataque mais uma vez ao Presidente Lula, ao PT: Quadrilheiro, ladrão, só nomeia vagabundos e coisas do tipo aqui. Primeiro que combinamos, Presidente, que palavras como essas seriam banidas aqui dos Anais da Casa. Segundo, o desespero é por coisa simples, é porque em 100 dias de Governo o Lula fez mais do que o ex-animateur de picadeiro por quatro anos. Essa é a verdade. Voltou o *Minha casa, minha vida*, com um milhão já para este ano de casas; voltou o *Mais Médico*, cujo Paraná vai ser beneficiado com 151 cidades; voltou o *Bolsa Família* para mais gente e com valor maior do que era; voltou um programa de combate à fome, porque tinham acabado com o orçamento para fazer programa social; teve reajuste nas bolsas de estudo e pesquisa em 200%, para avançar a ciência e para acabar com a *fake News*, que fala que ciência não serve para nada. Ou vocês esqueceram que espalharam *fake news* dizendo que a ciência era coisa de maluco, de aloprado, que eram um antro de balbúrdia as Universidades? O que está em jogo é isso. Aumento de 15% dos profissionais e professores da educação básica; retorno do Pronasci, que aqui no Paraná o Ministro veio e entregou um monte de viatura, e não vi a base do Governo sequer falar disso. Voltou a reativação do Fundo da Amazônia, para proteger a Amazônia, porque o outro tinha um fundo de devastação da Amazônia. Ele premiava e impulsionava que as pessoas fizessem desmatamento, tinha política de incentivo para algumas coisas nesse sentido, não formal, não formal, no papel, mas o seu discurso fazia isso. Ou seja, agora tem proteção à Amazônia. E agora tem política externa. Lula começou a viajar para o

Mercosul, ou seja, começou pelo quintal de casa, conversou com os países latino-americanos para fazer uma integração. Falou com os Estados Unidos, foi para a China, foi para os Emirados Árabes, estava em Portugal, hoje está na Espanha, e os contratos comerciais de relações bilaterais aumentaram. A soma do que foi feito nesses 100 dias é maior do que os quatro anos anteriores. Sabem por quê? Porque o Brasil era isolado, era uma ilha, e a *fake news*, gente, só funciona na ilha, por isso que estão bravinhos com o PL que está lá tramitando. É isso que está acontecendo, estão com medo de acabar a curtida, o *like*, o compartilhamento da mentira, estão com medo de não ter o que fazer. Imagina só se amanhã não puder postar mais mentira, para que vou levantar cedo e fazer alguma coisa na política? Porque a política que tinha era só essa. Então, gente, coerência, cobrar do Governo Federal alguma coisa que não é feita aqui no Estado não dá. E vamos lembrar, o PL é de 2020, de um Deputado que não é do PT. E aqui não ia tocar nesse assunto mais uma vez, vi vários defensores do atual Secretário de Saúde, Beto Preto, que é de Apucarana, foi Prefeito de Apucarana, renunciou à Prefeitura de Apucarana para ser Secretário de Saúde, foi eleito Deputado Federal e agora pediu licença para voltar a ser Secretário de Saúde. Tenho toda a liberdade de falar o que estou falando aqui. Acho uma incoerência muito grande falar para o povo de Apucarana que Apucarana estava 32 anos sem ter Deputado Federal, que era hora de Apucarana, fazer todo aquele discurso e agora voltar para onde estava. Não criasse esperança, expectativa nas pessoas assim, não fizesse isso com a população; a população estava orgulhosa. E, no meu caso, tinha que ficar respondendo 24 horas as *fake news*, de que não moro lá, que não sou de lá, que sou um forasteiro, espalhada muitas vezes por apoiadores dessas pessoas que estão aí. Na verdade, a verdade apareceu: Quem eles falavam que não era de lá, ficou como Deputado defendendo a cidade; quem eles falavam que era de lá, hoje não está como Deputado e não cuida da cidade, porque a saúde de Apucarana está abandonada, porque para tentar fazer um hospital precisou ter briga política, por causa do ego e da vaidade. Não estou falando mal da pessoa dele, porque o considero uma pessoa boa, uma pessoa séria, tenho relações pessoais com a família; mas, como político, ele enganou o

povo de Apucarana. Não faça isso, pois está errado, você prometeu para a cidade que seria Deputado para trazer recursos, para lutar por Apucarana, e não está fazendo. É uma escolha tua. Agora, não adianta escalar alguém para vir responder, para bater. É um direito, mas a verdade é uma só: Apucarana vai ser cuidada no Governo Federal pelo Deputado Estadual que é Presidente do PT, que vai fazer relação lá em Brasília com o Lula, que eles acusavam nem de ser de lá. Não será abandonada, Apucarana, porque um filho teu não foge à luta.

Deputado Artagão Júnior (PSD): Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Por favor, por favor.

Deputado Artagão Júnior (PSD): Só queria complementar aqui o vosso pronunciamento, aproveitando esses últimos segundos, que a nossa visão, quando existe um algo a mais, um projeto maior, vale à pena. Acho que esse posicionamento cabe também ao Deputado Enio Verri... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Artagão.

Deputado Artagão Júnior (PSD): ... Enio Verri, que, para desenvolver um projeto maior na Itaipu, chegou a renunciar ao mandato, não só se licenciar, que é de Maringá e do seu partido. Então, acho que às vezes temos que avaliar um pouquinho qual é o projeto mais importante e de que forma podemos contribuir mais. Muito obrigado pelo aparte.

Deputado Anibelli Neto (MDB): Um aparte, Presidente Traiano. Na mesma linha do Deputado Artagão, acho que aqui tem que ser comentado, tem que ser abordado, tem que ser exigido que as coisas aconteçam, mas uma escolha do Governador, que pede que o Secretário Beto Preto continue o seu trabalho, que foi referendado pela população paranaense, temos que dar esse voto de confiança. E eu aqui, enquanto Deputado, dou esse voto de confiança ao Secretário Beto Preto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados e Deputadas, temos presenciado aqui na Casa expressões que não condizem muitas vezes com o que este Parlamento defende. Vou aqui dizer a todos os Sr.^s Deputados que, baseado nos art.^s 271, I, 272, I e 273, I, todos do Regimento Interno desta Casa, dependendo do grau das agressões, das palavras proferidas aqui na Casa, esta Presidência tem a prerrogativa de pena de censura verbal aos Sr.^s Deputados. Portanto, é importante que fique claro e, se necessário for, vamos agir dentro daquilo que preceitua o nosso Regimento Interno, que começa no art. 272, com censura verbal, censura escrita, suspensão de prerrogativas regimentais, suspensão temporária do exercício do mandato, até perda de mandato. Vamos ser rígidos, a partir de agora, em relação à forma como se conduzem determinadas falas aqui na Casa.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem*, Deputado Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Concordo que tenhamos que ter cautela no falar aqui, mas esta Casa não mudou, não é, do mandato anterior para este, continua igual e é o mesmo Regimento, certo? As palavras que a esquerda falava do Presidente Bolsonaro, de genocida, de ladrão, de burro, nunca foram contestadas. Então, esse tipo de palavra pode, não é?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arruda, a partir de agora, vamos exercer e agir conforme o Regimento Interno. Passado é passado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Ah, mudou o regimento, então?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Passado é passado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Não mudou, não é?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa da Prefeita de Manfrinópolis, Sr.^a Fátima Pegoraro, e do Secretário de Planejamento, Silomar de Oliveira, por solicitação do Deputado Reichembach. Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (PROS), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luís Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Marcel Micheletto (PL), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (PROS), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Bührer (UNIÃO), e Tiago Amaral (PSD) (**47 Parlamentares**); Deputados ausentes com justificativa: Gilberto Ribeiro (PL), conforme art. 97, § 3.^º, I do Regimento Interno; Cobra Repórter (PSD), conforme art. 97, § 3.^º do Regimento Interno; Do Carmo (UNIÃO), conforme art. 97, § 4.^º do Regimento Interno; Nelson Justus (UNIÃO), conforme art. 104, § 1.^º do Regimento Interno; Requião Filho (PT), conforme art. 97, § 3.^º, I do Regimento Interno; Cristina Silvestri, conforme art. 97, § 4.^º do Regimento Interno; e Mabel Canto, conforme art. 97, § 4.^º do Regimento Interno (**7 Parlamentares**).]

Projeto que necessita de Apoioamento.

Projeto de Lei: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.^º 314/2023**, dos Deputados Alexandre Curi e Tiago Amaral, que altera a Lei n.^º 2.548, de 26 de dezembro de 1955, que cria o município de Cruzeiro do Sul, com território desmembrado de Nova Esperança, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiado.**

Passamos aos Itens da pauta.

Temos seis Redações Finais.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 769/19, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que institui o apadrinhamento de espaços públicos no Estado do Paraná.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 356/2020, de autoria do Deputado Marcel Micheletto, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação ao Grupo de Apoio à Adoção de Toledo, com sede no município de Toledo.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 385/2021, de autoria do Deputado Delegado Jacovós, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Celso Alves dos Santos.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 438/2022, de autoria do Deputado Marcio Pacheco, que institui o Dia Estadual do Terço dos Homens, a ser celebrado anualmente em 8 de setembro.

ITEM 5 – Redação final do Projeto de Lei n.^º 478/2022, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que assegura o direito das mulheres de terem como

acompanhante uma pessoa de sua livre escolha nas consultas e exames em geral nos estabelecimentos públicos e privados de saúde no Estado do Paraná.

ITEM 6 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 118/2023, de autoria do Deputado Adão Litro, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Capanema Futsal, com sede no município De Capanema.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 7 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 6/2023, de autoria da Deputada Maria Victória, que estabelece prioridade para a tramitação de processos onde o interessado é pessoa com doença rara. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Substitutivo geral de Plenário com parecer favorável da CCJ. Apreciar neste turno substitutivo geral aprovado em segunda discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alisson, Batatinha, Bazana, Delegado Jacovós, Moacyr Fadel, Tiago Amaral. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cobra Repórter, Cristina

Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Gilberto Ribeiro, Mabel Canto, Nelson Justus e Requião Filho (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 6/2023.

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 175/2023, de autoria do Deputado Hussein Bakri, que dispõe sobre a comunicação de nascimentos sem identificação de paternidade à Defensoria Pública do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência. Vamos submeter ao Voto o Projeto. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (43 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Ana Julia Ribeiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Do Carmo, Douglas Fabrício, Gilberto Ribeiro, Mabel Canto, Nelson Justus, Requião Filho e Soldado Adriano José (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 175/2023.

Os **Itens 9, 10, 12 e 13** faremos votação agrupada, por serem matérias correlatas.

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 252/2022, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que concede o título de Utilidade Pública à Sociedade Protetora dos Animais de Santo Antônio da Platina, com sede no município de Santo Antônio da Platina. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 426/2022, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que concede título de Utilidade Pública para a Associação Desportiva e Recreativa de Barbosa Ferraz. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 8/2023, de autoria do Deputado Evandro Araújo, que concede título de Utilidade Pública à Anjo Azul - Associação de Atendimento e Apoio à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista do Norte do Paraná, com sede no município de Bandeirantes. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 13 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 135/2023, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que concede título de Utilidade Pública estadual à Academia Paranaense de Letras. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Vereador do município de Cerro Azul, Sr. Jabiraca, por solicitação do Deputado Anibelli Neto. Seja bem-vindo. Votação encerrada, Sr.^s Deputados:
[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Goura, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv,

Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (40 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Ana Julia Ribeiro, Batatinha, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, do Carmo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Professor Lemos e Requião Filho (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, estão aprovados os Projetos.

ITEM 14 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 149/2023, de autoria do Deputado Bazana, que insere no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná o Dia de São José, a ser comemorado anualmente no dia 19 de março. Parecer favorável da CCJ.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para encaminhar, Deputado Bazana.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Este Projeto de Lei visa instituir no Paraná, no dia 19 de março, o *Dia de São José*, que é o pai putativo de Jesus Cristo e esposo de Maria. E aproveito já para fazer um convite, como ele é o padroeiro dos trabalhadores e dia 1.^º de maio se comemora o *Dia do Trabalhador*, um convite do Padre Sérgio, aqui do Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, para a missa de São José, no dia 1.^º de maio, às 10 horas da manhã. E peço a todos os nossos Deputados que votem, para podermos instituir o dia 19 de março como dia do nosso São José.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Já encaminhado pelo Deputado Bazana. Houve um equívoco de nossa parte aqui, antecipei-me, ainda teríamos o Item 11. Então, vamos votar o 14 e voltaremos para o 11, que será o último Projeto. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Nosso voto é “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Júlia, Anibelli Neto, Batatinha, Gilson de Souza, Romanelli votando, Marcio Pacheco e Professor Lemos. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Jacobós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (41 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Ana Julia Ribeiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Do Carmo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Professor Lemos e Requião Filho (13 Deputados).]* Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 149/2023.

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 451/2022, de autoria do Deputado Requião Filho, que institui a semana de conscientização e incentivo à educação não violenta no âmbito do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Estou encerrando a votação, Sr.^s Deputados. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** *Adão Litro,*

Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Maria Victória, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (40 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Ana Julia Ribeiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Do Carmo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Professor Lemos e Requião Filho (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 451/2022. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata os votos favoráveis dos Deputados Luiz Fernando Guerra e Matheus Vermelho.)**

DEPUTADO MATHEUS VERMELHO (PP): Pela ordem, Presidente. Quero registrar meu voto aqui, Deputado Matheus Vermelho: “sim”. Não consegui votar.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Deputado Guerra também, Presidente, por gentileza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Devidamente registrado em Ata.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 791/2023, da Deputada Maria Victória e do Deputado Hussein Bakri, com discussão adiada de Sessão anterior, requerendo a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei n.º 53/2023. Os dois Líderes conversando.

Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 797/2023, do Deputado Tiago Amaral, requerendo a anexação do Projeto de Lei n.º 151/2023 ao Projeto de Lei n.º 108/2023, por tratarem de matérias correlatas. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 796/2023, do Deputado Hussein Bakri, requerendo a dispensa de votação de Redação Final ao Projeto de Lei n.º 175/2023. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 794/2023, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa para a escrivã Francielly Rossini, juntamente aos integrantes da equipe da Delegacia do Alto Maracanã, do município de Colombo; **Requerimento n.º 795/2023**, do Deputado Ricardo Arruda, solicitando o registro de menção honrosa ao Sargento Luiz Carlos Abreu Sarmento, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense na área da segurança pública; **Requerimento n.º 805/2023**, dos Deputados Delegado Jacovós, Professor Lemos, Delegado Tito Barichello, Márcia Huçulak, Maria Victória, Denian Couto, Soldado Adriano José, Paulo Gomes, Márcio Pacheco, Bazana, Gilson de Souza, Luciana Rafagnin e Cobra Repórter, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família do Deputado Gilberto Ribeiro, tendo em vista o falecimento do Sr. Domingos Ribeiro de Moraes, genitor do mesmo, falecido no dia 26 de abril de 2023, no Distrito de Palmares, cidade de Brunópolis/SC.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 801/2023, da Deputada Maria Victória, Coordenadora da Frente Parlamentar, e dos Deputados Moacyr Fadel, Delegado Jacovós, Alexandre Amaro, Paulo Gomes, Luís Corti, Thiago Bührer, Alexandre Curi, Cristina Silvestri e Flávia Francischini, requerendo a constituição da Frente Parlamentar do Hidrogênio Renovável, com validade até o final da presente Legislatura.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 798/2023**, do Deputado Gilberto Ribeiro, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 24 a 26 de abril de 2023; **Requerimento n.º 803/2023**, do Deputado Cobra Repórter, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26 de abril de 2023; **Requerimento n.º 809/2023**, do Deputado Requião Filho, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 25 e 26 de abril de 2023.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 799/2023**, do Deputado Alexandre Amaro, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 24 de abril de 2023; **Requerimento n.º 800/2023**, da Deputada Ana Júlia, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 19 de abril de 2023; **Requerimento n.º 802/2023**, do Deputado Gugu Bueno, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 10 de abril de 2023; **Requerimento n.º 804/2023**, do Deputado Do Carmo, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26 de abril de 2023; **Requerimento n.º 806/2023**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 25 de abril de 2023; **Requerimento n.º 808/2023**, do Deputado Ney Leprevost, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 25 de abril de 2023;

Requerimento n.º 811/2023, do Deputado Tiago Amaral, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11 de abril de 2023.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 810/2023**, do Deputado Tiago Amaral, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 4 e 5 de abril de 2023.

Deferido conforme o Inciso I do art. 104 do Regimento Interno (em razão de tratamento de saúde): **Requerimento n.º 807/2023**, do Deputado Nelson Justus, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias no período de 3 de abril a 3 de maio de 2023.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando para terça-feira, dia 2, no horário regimental, uma Sessão Ordinária e quatro outras Sessões Extraordinárias na sequência.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, *pela ordem*. Deixe-me ver se entendi direito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem*, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Está com um pouco de barulho e não sei se comprehendi. Nós vamos ter então uma Sessão Ordinária...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): E mais quatro Extraordinárias.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Quatro Extraordinárias na terça-feira. É isso?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): É isso.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Está bom.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, só uma pergunta, *pela ordem*. Se eu não estiver enganado, tem a Expoingá na semana que vem. Tem alguma atividade da Assembleia lá? Não, não é?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não, é dia 10, 11 e 12.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Dia 10. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Com as seguintes **Ordens do Dia:** **Ordinária**, Redação Final do Projeto de Lei n.^º 6/2023, 2.^a Discussão dos Projetos de Leis n.^ºs 252/2022, 426/2022, 451/2022, 8/2023, 135/2023 e 149/2023 e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^ºs 53/2023, 180/2023 e 314/2023 e dos Projetos de Resolução n.^ºs 33/2022 e 34/2023; **1.^a Extraordinária**, 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^ºs 53/2023 e 314/2023; **2.^a Extraordinária**, 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 53/2023; **3.^a Extraordinária**, 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 53/2023; e **4.^a Extraordinária**, Redação Final do Projeto de Lei n.^º 53/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 11h57, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)